



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Havendo número regimental para abertura dos trabalhos, declaro iniciada a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 1 e 2, de 2008.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – A Presidência informar que, com a esperada chegada do Senador Augusto Botelho, completa-se o número regimental para deliberação.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, sei que a agenda de V.Exa. terá prosseguimento normal com a apresentação dos relatórios setoriais. Mas eu gostaria que antes da apresentação dos relatórios V.Exa. me desse a oportunidade de fazer uma leitura de duas mensagens cujo arquivamento foi proposto pelo Executivo.

Se V.Exa. me conceder esta oportunidade, vou requerer prioridade para a votação dessas mensagens, mesmo porque não têm elas qualquer divergência, tenho certeza absoluta, com o pensamento do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - A Mesa informa que, após a apreciação das atas das sessões anteriores, receberá o requerimento de V.Exa. propondo a inversão da pauta.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente.

Não havendo discussão e conforme o estabelecido na alínea "f" do art. 8º do Regimento Interno da Comissão, coloco em votação as atas das seguintes reuniões: 27ª Reunião Ordinária, realizada em 21 e 23 de novembro de 2007; 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 27 e 28 de novembro de 2007; 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 4, 5 e 6 de dezembro de 2007; 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 11, 12 e 13 de dezembro de 2007; 9ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de dezembro de 2007.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as atas na representação da Câmara dos Deputados.

Passa-se agora à votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam as atas permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as atas na representação do Senado.

Expediente.

Conforme solicitação do Deputado Regis de Oliveira, apresentada na 11ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de junho de 2007, coloco em votação a dispensa da leitura dos expedientes.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados aprovam a dispensa da leitura dos expedientes permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na representação da Câmara dos Deputados.

Passa-se agora à votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na representação do Senado da República.

Determino ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo que a lista com os expedientes foi encaminhada pelo correio eletrônico aos membros da liderança partidária nesta data.

Informo, ainda, que no dia 19 de dezembro de 2007 foi enviada aos membros e às lideranças partidárias a listagem com os expedientes recebidos pela Secretaria desta Comissão naquele período. Entretanto, registro somente neste momento a leitura dos expedientes e determino ao Departamento de Taquigrafia a transcrição dos mesmos nas notas taquigráficas.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Tem V.Exa. a palavra.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para fazer um convite aos Senadores e Deputados membros do Comitê de Obras Irregulares para uma reunião amanhã, às 10h30min, a fim de que possamos discutir e votar o relatório do Comitê.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - A Presidência informa a este plenário que estão pendentes de apreciação os seguintes relatórios setoriais referentes às Áreas Temáticas da Proposta Orçamentária de 2008: 1) votação dos destaques da Área Temática nº 3 – Integração Nacional e Meio Ambiente; 2) debate e votação do relatório da Área Temática nº 6 – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, com os respectivos destaques; e 3) apresentação, discussão e votação do relatório setorial referente à Área Temática nº 1 – Infra-estrutura.

Ordem do Dia. Pauta nº 1, de 2008.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, para apresentação de requerimento de inversão de pauta.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Na verdade, Sr. Presidente, reitero a V.Exa. o pedido de inversão de pauta para a votação de 2 pareceres: o primeiro trata do superávit primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do programa intitulado Dispêndios Globais de Empresas Estatais Federais Não-financeiras; o segundo refere-se à avaliação do cumprimento da meta do superávit primário.

Se V.Exa. me permitir, com a aquiescência do plenário, farei rápida leitura, vez que não se trata de matérias polêmicas, mas apenas de mensagens governamentais demonstrando como se comportou o Orçamento a que me referi.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Em discussão o requerimento de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares solicitando inversão de pauta.

Em votação, na representação da Câmara dos Deputados, o requerimento apresentado pelo Senador Antonio Carlos Valadares.

Os Srs. Deputados que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em seguida, passo à votação na representação do Senado da República.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Discussão e votação da Pauta nº 2, haja vista a aprovação da solicitada inversão.

Pauta nº 2, de 2008. Item I. Mensagem nº 64/2007-CN, *"que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 6º, do art. 2º, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, o relatório parcial do cumprimento da meta de resultado primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social e do Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais Federais Não-financeiras referentes ao 1º quadrimestre de 2007"*. Relator: Senador Antônio Carlos Valadares.

Voto do Relator: pelo arquivamento da matéria.

Com a palavra o Relator para apresentação do relatório.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, como esse relatório foi distribuído ao plenário da Comissão, farei sucinta exposição do mesmo, o qual faz uma análise do resultado primário do setor público consolidado, o que inclui governos regionais. Registrou-se um superávit primário da ordem de 50,7 bilhões ou 6,5% do PIB.

Esse resultado, conjugado com a queda no valor de pagamento de juros até abril de 2007, proporcionou déficit nominal de 0,4 bilhão ou 0,05% do PIB.

O relatório também faz referência às receitas primárias. A carga tributária federal, de janeiro a abril, atingiu 25,45% do PIB, total que supera a previsão anual de carga tributária de 23% do PIB, considerando-se o valor do PIB de 2,520 bilhões já ajustado pela nova metodologia empregada pelo IBGE.

Quanto ao total das despesas primárias de janeiro a abril, excluídas as despesas com transferência, foi de 131,7 bilhões ou 16,89% do PIB. Esse valor de 4,9 bilhões foi inferior ao previsto para o período devido principalmente às despesas obrigatórias não realizadas.

E, por fim, Sr. Presidente, o déficit da Previdência Social alcançou, nesse período, 1,8% do PIB, ou seja, 14 bilhões, a despeito do aumento da arrecadação líquida em decorrência do crescimento do emprego formal e das melhorias de gerenciamento da receita.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Voto. Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento das Mensagens nºs 64 e 89, de 2007, e dos demais documentos que compõem esse processo e determine seu arquivamento.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Concluída a leitura do relatório, coloco-o em discussão.

Não havendo oradores inscritos, coloco-o em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

Passa-se à votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

Item nº 2 da Pauta nº 2: Mensagem nº 136/2007-CN, "que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 6º, do art. 2º, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, o relatório e a avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais Federais Não-financeiras referente ao 2º quadrimestre de 2007". Relator: Senador Antonio Carlos Valadares.

O voto do Relator é pelo arquivamento da matéria e dos demais documentos que compõem esse processo.

Com a palavra o Relator para apresentação do seu relatório.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES - Sr. Presidente, refiro-me à análise do resultado primário, encerrado o 2º quadrimestre. O setor público consolidado, que inclui os governos regionais, registrou superávit primário de 87,7 bilhões ou 5,31% do PIB, comparativamente aos 76,6 bilhões ou 5,05% do PIB no mesmo período do ano passado.

Esse resultado, conjugado com a queda no valor de pagamento de juros até agosto de 2007, proporcionou déficit nominal acumulado no ano de 16,2 bilhões ou 0,98% do PIB.

Quanto às receitas primárias, a carga tributária federal de janeiro a agosto atingiu 23,92% do PIB. Esse percentual é praticamente igual à previsão anual de carga tributária de 23,82% do PIB, considerando-se o valor do PIB de 2,520 bilhões, já ajustado pela nova metodologia empregada pelo IBGE.

Despesas primárias. De janeiro a agosto, o total das despesas primárias, excluídas as despesas com transferências, foi de 278,6 bilhões ou 16,9% do PIB. Esse valor é de 1,6 bilhões inferior ao previsto para o período, devido principalmente às despesas discricionárias não realizadas.

Por fim, Sr. Presidente, item 2.4: Previdência Social.

O déficit da Previdência Social alcançou 1.61% do PIB ou 26.6 bilhões de reais. Esse resultado, inferior em 2 bilhões de reais ao esperado para o período, deve-se ao aumento da arrecadação líquida, em decorrência do crescimento do emprego formal e das melhorias de gerenciamento da receita e redução de 0.6 bilhão de reais no pagamento de benefícios em comparação ao projeto neste aumento.

O voto.

Dentro do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da Mensagem nº 136, de 2007, e dos demais documentos que acompanham esse processo e determino o seu arquivamento.

É o parecer, Sr. Presidente, salvo melhor juízo.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Concluída a apresentação do relatório, a matéria está em discussão.

Não havendo oradores, está em votação.

Na representação da Câmara dos Deputados, os Srs. Deputados que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na representação da Câmara dos Deputados.

Passa-se à votação na representação do Senado da República.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na representação do Senado Federal.

Segue-se agora a Ordem do Dia.

Apreciação dos relatórios setoriais apresentados às áreas temáticas da proposta orçamentária para 2008, que estima receita e fixa despesa da União para o exercício financeiro de 2008, remanescente da Pauta nº 37/2007.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Relatório Setorial da Área Temática nº 1. Infra-Estrutura. Relator Setorial, Senador Leomar Quintanilha.

Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha, para fazer apresentação do relatório e da errata.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, incumbidos que fomos de relatar a Área Temática nº 1, de Infra-Estrutura, colhidos que fomos pela questão relacionada com a perda de recursos oriundos da CPMF, verificamos que a peça orçamentária ainda deverá ter uma demanda muito grande, cujo ajuste final acreditamos que será feito com o Sr. Relator-Geral.

Mas vou apresentar a leitura do resumo que fizemos na realidade anterior, antes da decisão sobre a não-prorrogação da CPMF.

Relatório Setorial. Área Temática I — Infra-Estrutura, sobre o Projeto de Lei nº 30, de 2007, do Congresso Nacional, que trata da Lei Orçamentária anual para o ano de 2008.

A área temática compreende as unidades que integram os Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações.

A proposta recebida do Executivo.

Os recursos propostos para 2008, no orçamento fiscal e no da seguridade social, somam 21 bilhões de reais, valor superior em 10.9% ao da proposta para 2007.

Esse acréscimo é devido ao robusto crescimento de 30% dos recursos programados para o Ministério dos Transportes. O Ministério de Minas e Energia e Ministério das Comunicações tiveram redução de recursos programados, no valor de 7.3% e 3.7%.

Os investimentos das empresas estatais correspondem, na proposta, a 56 milhões e 824 mil reais, montante 24.7% superior àquele proposto para 2007. Esse crescimento deve-se ao aumento de 25% dos recursos programados para as empresas ligadas ao Ministério das Minas e Energia, principalmente ao Grupo PETROBRAS.

A concentração de investimentos em infra-estrutura econômica é a principal característica da área temática.

As emendas.

Tradicionalmente, a Área Temática I recebe um número expressivo de emendas coletivas e um número irrisório de individuais. Isso ocorre devido ao fato de que os investimentos nessa área demandam recursos vultosos, incompatíveis com a cota que os Parlamentares dispõem para apresentação e aprovação de emendas. E não foi diferente neste ano.

Inicialmente, a Área Temática I recebeu 149 emendas. Ao final, após os usuais ajustes técnicos e transferências de emendas entre áreas temáticas, restaram a serem analisados por esta relatoria 146 emendas, sendo 30 individuais e 116 coletivas.

O Comitê de Admissibilidade de Emendas, com a aprovação do plenário da Comissão Mista de Orçamento, transferiu a responsabilidade de avaliação da regularidade de emendas em razão de fatores como custo total do empreendimento, valores solicitados, cancelamentos indicados, classificação do identificador de resultado primário e outras questões semelhantes. Deixou-se, portanto, segundo essas situações, aos Relatores Setoriais a responsabilidade de ajustar ou rejeitar a emenda.

Esta relatoria realizou, então, com a concordância dos respectivos coordenadores de bancada ou dos Relatores nas Comissões, ajuste nas emendas coletivas apresentadas em todos os casos em que foi possível superar os motivos que as levariam à inadmissibilidade.

Admissibilidade.

Quanto às emendas individuais, esta relatoria decidiu apresentar a sua posição quanto a sua admissibilidade, tomando como critério o atendimento às disposições contidas na própria resolução e no relatório de atividade do Comitê, não sem antes pôr-se em contato com os autores das emendas, solicitando-lhes as correções que pudessem corrigir as distorções encontradas.

A maior parte dos autores individuais acolheu as ponderações da relatoria e solicitou as alterações pertinentes.

Propomos, então, com os fundamentos apresentados no relatório, apenas a inadmissibilidade das Emendas Individuais de nºs. 31650004, 25040013, 25040015, 3220003, 20940013 e 33870017, esta última incluída na Errata nº 1.

O atendimento às emendas.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Promovemos cancelamento em dotações orçamentárias da proposta com o objetivo de atender as emendas coletivas de apropriação. Esses cancelamentos foram realizados de forma linear em cada subtítulo no percentual máximo permitido pelo parecer preliminar, itens 39.1 e 39.2.

Tornaram-se disponíveis, assim, 155 milhões e 797 mil e 631 reais e 545 milhões e 234 mil e 902 reais, em RP2 e RP3, respectivamente.

Recebemos, ainda, recursos da Reserva de Recursos no montante 488 milhões e 272 mil e 910 reais, item 36.2 do parecer preliminar, além dos recursos necessários ao atendimento integral das emendas individuais que consideramos admitidas.

Utilizamos integralmente todos esses recursos para o máximo atendimento possível das emendas apresentadas.

Essa relatoria norteou-se no sentido de valorização da atuação das bancadas estaduais na alocação de recursos por meio das emendas de sua autoria. No caso das emendas de remanejamento, procuramos atender o limite máximo possível do que foi proposto pelas emendas, respeitando os parâmetros e limitações impostos pela Resolução nº 1, de 2006, e pelo parecer preliminar.

Com relação às emendas apresentadas pelas Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, buscamos priorizar o atendimento de ações de caráter nacional, cuja amplitude de sua execução beneficiará mais de um Estado Federado.

Em face de tais restrições e na busca de uma alocação de recursos o mais eficiente possível, procuramos ouvir os autores das emendas coletivas para determinar aquelas mais prioritárias, uma vez que não se poderia atender a todas em níveis ideais.

Buscou-se, também, na medida do possível, atender ao princípio constitucional de redução das desigualdades regionais.

Foi também diretriz desta Relatoria empenhar-se em priorizar investimentos com perspectiva de retorno econômico, sobretudo no que tange às obras em fase de andamento.

Lembro que os valores de aprovação das emendas em RP3 são mais significativos por não terem a perspectiva de serem elevados com os recursos previstos na segunda reavaliação da receita, ao contrário das atendidas em RP2. Assim, essas últimas, que foram atendidas com valores menores, deverão sofrer acréscimo significativo, proporcionalmente ao valor atendido nesta fase, com os recursos da segunda reavaliação da receita.

Os recursos utilizados na aprovação das emendas coletivas de remanejamento, tanto em RP2 como em RP3, foram os indicados pelos próprios autores na reapresentação de suas emendas e não podem ser acrescidos ou suplementados pelo Relator Setorial, de acordo com o art. 38, §1º, da Resolução nº1, de 2006.

No caso específico das emendas coletivas de remanejamento em RP3 que apresentaram cancelamentos em RP3 superiores a 10% de cada subtítulo, em desacordo com o Item 6.3 do Parecer Preliminar, tivemos que rabaixar o cancelamento para esse percentual em cada seqüencial.

Ao final do processo, foram aprovadas parcialmente as 116 emendas coletivas apresentadas na área temática, sendo 104 de bancada e 12 de comissões permanentes.

Foram aprovadas integralmente 23 emendas individuais e inadmitidas 6.

Consideramos, ainda, para efeito desse relatório, que uma emenda individual foi retirada pelo autor.

Tomamos a liberdade de fazer algumas recomendações ao Relator-Geral com o objetivo de sanar, ou, ao menos, minimizar, alguns dos problemas apontados neste relatório no que se refere ao acolhimento das emendas.

Propomos a transferência, pelo Relator-Geral, das Emendas nºs 17690012, 71200007 e 71200005 para as áreas temáticas pertinentes ao seu objeto.

Obras com indícios de irregularidades.

Indicamos para a votação em separado os subtítulos que correspondem a obras que constam da última relação oficial de obras com indícios de irregularidades graves, informada pelo Tribunal de Contas União, bem como as emendas apresentadas que tinham por objeto contemplar obras incluídas nesta lista.

Acrescentamos, ainda, sugestão de emenda de texto ao Relator-Geral para assegurar tratamento adequado aos investimentos com recursos da União em bens de infra-estrutura submetidos a regime de concessão, arrendamento ou delegação de exploração econômica a terceiros, estabelecendo os cuidados necessários à preservação do patrimônio público.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Diante do exposto, somos pela aprovação da parte do Projeto de Lei nº 30, de 2007, do Congresso Nacional, relativa aos orçamentos das unidades orçamentárias especificadas neste relatório, nos termos da proposta do Poder Executivo, com as alterações aprovadas por esta Relatoria, constantes das relações anexas.

É bom lembrar aos eminentes membros desta Comissão que não deixamos recursos, em face da sua exigüidade, destinados a atendimento de eventuais destaques.

Por outro lado, é importante comentar a frustração que houve em relação ao atendimento desigual das emendas em RP2, já que, em decorrência da subtração dos recursos provenientes da CPMF, elas não puderam mais ter o acréscimo inicialmente programado. Em entendimento mantido com o Relator-Geral, afirmou-nos S.Exa. que vai procurar, na execução do seu relatório, o ajustamento com as respectivas bancadas para a equalização do orçamento apresentado.

Por último, queremos salientar que foi distribuída a cada um dos membros cópia da errata deste relatório que apresentamos.

Era o que nos incumbia apresentar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Está iniciada a discussão, bem como o prazo para a apresentação de destaques, que será encerrado ao término do debate.

Com a palavra o Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu gostaria de saber do nosso Relator-Geral os critérios utilizados para fazer cortes nas rubricas que vieram no orçamento base.

Temos aqui algumas rodovias que passam por Minas Gerais. Lamentavelmente, estamos constatando que o corte em cada rubrica supera 10%, enquanto, em outras, nada se fez. Então, eu gostaria de saber quais foram esses critérios e como isso vai ficar.

Temos rodovias aqui, por exemplo, que fazem parte do PAC, cujas obras de conclusão o Governo, pela primeira vez, imprime determinada velocidade. Na BR-040, rodovia que liga Brasília ao Rio de Janeiro, há um trecho onde se observa o maior número de acidentes, um dos pontos mais críticos daquela estrada. O Governo, pela primeira vez em mais de 20 anos, começa a disponibilizar recursos com determinação.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Eu gostaria apenas de lembrar ao Deputado que estamos discutindo, agora, o relatório setorial; e não o relatório geral. Penso, por isso mesmo, que V.Exa. quer se dirigir ao Relator da matéria que acabou de ser apresentada, o Relator Setorial, que é Senador Leomar Quintanilha. Mas V.Exa. se referiu ao Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Estou me referindo ao Relator Setorial, exatamente porque há trechos em que o corte foi muito profundo. O Governo fez vários estudos para priorizar, por exemplo, na BR-040, um trecho entre o norte de Minas e Belo Horizonte, entre o trevo de Curvelo e Sete Lagoas, um dos trechos mais críticos da BR-040, onde há acidentes fatais todos os dias praticamente. Vemos pela primeira vez o Governo trabalhar de uma maneira muito determinada. Infelizmente, o nosso Relator ou a sua assessoria faz um corte profundo nessa obra.

A minha preocupação, Sr. Relator, é exatamente que o Relator-Geral não tenha como reconquistar aquele valor perdido. Portanto, vejo isso com muita preocupação. Eu gostaria que V.Exa. desse explicações ao plenário. E, naturalmente, vamos apresentar destaque sobre essa matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Relator, nobre Senador Leomar Quintanilha, eu gostaria de fazer duas observações. Estou aqui lendo o relatório de V.Exa. e devo reiterar que fomos surpreendidos com a votação no Senado no sentido de retirar do orçamento os recursos provenientes da CPMF. Obviamente, esse é o primeiro relatório que estamos discutindo, e, eventualmente, votando, a respeito dessa nova configuração.

Diante do exposto por V.Exa., eu gostaria que fosse explicitado onde houve o corte. Ou seja, qual foi a adaptação feita no relatório que V.Exa. agora apresenta, em relação ao que V.Exa. havia apresentado anteriormente?

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA - Não se fez qualquer mudança.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não!? Nenhuma!? V.Exa. manteve o mesmo relatório anterior? E o impacto da ausência da CPMF, não ocorreu?

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA - Houve um apelo do Relator-Geral no sentido de que se desse a esse relatório o mesmo tratamento dado aos outros, que foram aprovados naquela circunstância anterior à derrubada da CPMF.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pois não. Então, V.Exa. manteve integralmente o relatório e vai fazer o ajuste quando o Relator-Geral apresentar o seu relatório. Tentei encontrar aqui essas informações, mas não havia conseguido. Fico, portanto, satisfeito com o esclarecimento.

Em relação à Bahia, Sr. Presidente, eu não imaginei que eu fosse o segundo orador a usar a palavra. Portanto, Se V.Exa. me permitir, passarei a palavra ao próximo inscrito e me reservarei esses 2 minutos para voltar, em réplica ao Relator, assim que eu terminar de ler a parte que contempla a Bahia.

De antemão, devo dizer que vejo aqui um corte de 800 mil reais em relação à ponte de Carinhanha. Trata-se de obra importante que liga o Município de Carinhanha ao vizinho Município de Malhada, passando por um braço do Rio São Francisco, obviamente ligando duas BRs, a 030 e a 412. Essa ponte está em fase final de conclusão e, portanto, com esse corte, não sei se será possível completar essa obra.

Portanto, apresentarei um destaque a V.Exa. e, ao mesmo tempo, vou ler os demais pontos do relatório e defender, com a parcimônia a anuência de V.Exa., os interesses da Bahia, que, tenho certeza, serão contemplados ainda mais pelo seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Continuando a discussão, com a palavra o Deputado Eduardo Sciarra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Leomar Quintanilha, devo dizer que rapidamente li o teor da errata, mas ainda não fiz um juízo definitivo.

Gostaríamos, em primeiro lugar, de agradecer o nobre Relator com relação à atenção que sempre nos é dispensada quando fazemos solicitações quanto às demandas do Estado do Paraná.

Quero reforçar que apresentei já 5 destaques em relação ao Estado do Paraná. Entre eles, quero fazer referência especial ao destaque relativo à Emenda nº 013, da bancada do Estado do Paraná, sobre a construção do contorno rodoviário no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na BR-277 e em outras.

Por ser obra de fundamental importância para o transporte não só regional, pois se trata do eixo que liga o Sul do País ao Centro-Oeste, é importante que essa obra mereça uma destinação de recursos adequada para sua realização.

Trata-se do Destaque nº 013 da bancada do Paraná.

Faço esta referência especial ao nobre Relator para que S.Exa. possa considerar quando da análise posterior dos destaques.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Continuando a discussão, com a palavra Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Leomar Quintanilha, queria apenas fazer uma ponderação, na condição de Coordenador da bancada do Estado do Rio de Janeiro, sobre o critério utilizado por V.Exa., pois na pág. 21 do relatório — Recomendações ao Relator-Geral — V.Exa. colocou 2 emendas da bancada do Estado do Rio de Janeiro: a Emenda nº 7120007 e 7120005. Uma trata da Via Light, um entroncamento no final da BR-116, final da Rodovia Presidente Dutra, ao final da Baixada Fluminense. Trata-se de fundamental obra para escoamento dos veículos no ponto principal da rodovia Presidente Dutra, que contemplará toda a Baixada Fluminense.

Devo registrar que V.Exa., com muita gentileza, informou que esse trecho cuja construção é proposta na emenda não consta na proposta do Plano Nacional de Viação e, por conseguinte, não pode ser objeto de dotação orçamentária do DNIT, por se encontrar fora da jurisdição federal — eu teria o entendimento contrário. E, também, informa o Relator que não houve tempo hábil para realizar a transferência da emenda para a Área Temática de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Então, V.Exa. aprovou e colocou um valor simbólico, para que o Relator-Geral providencie o enquadramento adequado da emenda na outra unidade orçamentária.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Perfeitamente. Isso aconteceu nesse caso da Via Light e também no caso da Estrada União Indústria, a qual foi a primeira estrada asfaltada do País e liga o Município de Petrópolis, no Rio de Janeiro, ao Estado de Minas Gerais. A estrada foi substituída pela BR-040, mas essa Estrada União Indústria até hoje não consta no Plano Nacional de Viação, não é da responsabilidade dos municípios e nem é da responsabilidade do Estado.

Na realidade, já estive em duas oportunidades no DNIT, que afirmou que a responsabilidade continua sendo do organismo Federal, do próprio DNIT, porque nenhum outro organismo estadual ou municipal assumiu tal responsabilidade. E a rodovia cada vez mais vai se deteriorando.

Visitei a rodovia na semana passada, estrada que cruza o Distrito de Itaipava, em Petrópolis, e soube de várias ocorrências, incidentes e desabamentos que causaram mortes. É exatamente essa Estrada União Indústria.

V.Exa. também, com muita gentileza aprovou emenda nessa área temática com valor simbólico, sem qualquer ajuste, solicitando ao Relator-Geral que providencie o enquadramento necessário.

Porém, Senador, quando da disposição das emendas, V.Exa. colocou como emenda coletiva de apropriação esse trecho da Via Light, que é da Baixada. Está na página 39. Portanto, a ela não foi dado o tratamento de remanejamento, mas de apropriação.

Entendo que caberia, neste caso da Via Light, por ser emenda de apropriação, tal como reconhecida na página 39, um aumento no valor, e não só o valor simbólico.

Para a Estrada União Indústria, esta que mencionei, a primeira estrada asfaltada do País, foi ela aprovada nas emendas coletivas de remanejamento, a fls. 48. Há um cancelamento e um acréscimo, inclusão, contemplando a Estrada União Indústria.

Então, queria somente entender os critérios utilizados.

Apesar da justificativa na página 21 ser a mesma para as 2 emendas, elas foram colocadas em categorias diferentes: uma foi colocada em apropriação; outra, em remanejamento.

É o esclarecimento que desejo. No caso da Via Light, de que trata a Emenda nº 7120005, se ela for colocada como emenda coletiva de apropriação, entendo que caberia, neste mesmo relatório, não só o valor simbólico, mas o valor coletivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Humberto Souto.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Sr. Presidente, verifica-se no relatório que houve um grande prejuízo para as estradas de Minas Gerais.

A bancada de Minas está reunida e não vai concordar com esses cortes que foram feitos ou com os números estabelecidos. Verificou-se também, por denúncias feitas nas discussões de bancada, que o Relator contemplou uma série de estradas da sua região eleitoral e da Região Centro-Oeste, Norte, etc.

A bancada de Minas não vai aceitar esse comportamento.

Por exemplo, temos uma região de Minas Gerais, que é a região do Polígono da Seca, que está absolutamente ilhada, tanto no trecho que vai de Itacarambi, Montalvânia em direção à Bahia, como na estrada de Montes Claros a Belo Horizonte. Montes Claros é a quinta cidade do Estado e está completamente intransitável há muito tempo, uma coisa horrível.

O Senador Eduardo Azeredo apresentou emenda a nosso pedido, se não me engano, de 150 milhões para a recuperação dessa estrada, pois tem-se que fazer uma estrada nova, mas o Relator a contemplou com 15 milhões. Esse valor sequer é suficiente para o início das obras naquela estrada.

É preciso, e peço a atenção do Sr. Relator, que se faça uma redistribuição desses recursos no sentido de melhorar o valor dessa emenda do Senador Eduardo Azeredo, até em homenagem ao seu colega de Casa.

O Deputado Márcio Reinaldo Moreira já falou sobre isso, sobre parte disso. Ele falou sobre a BR-40, que é parte dessa estrada. Estou me referindo mais ao trecho de Curvelo a Montes Claros, com o contorno de Montes Claros, objeto da emenda do Senador Eduardo Azeredo. Eu pediria a V.Exa. que examinasse a possibilidade de fazer algum remanejamento, para que não houvesse dificuldades na votação deste relatório. Estamos com boa vontade, queremos ajudar, mas não podemos concordar com o tratamento dado a Minas Gerais.

Agradeço ao Sr. Presidente e ao Sr. Relator-Geral, que tenho certeza de que é um homem sensível, conhecedor das dificuldades dessa região, área mineira da SUDENE, uma área sofrida, pobre, mas que contém uma cidade que é a quinta do Estado. Essa estrada está há 10 anos precisando ser refeita. Da forma como está o Orçamento, não será viável reconstruí-la este ano. Peço a atenção do Relator para este fato.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, meu caro Relator, nós sabemos da dificuldade que é fazer um relatório que contemple as diversas e legítimas demandas das bancadas, dos Parlamentares, da população. Sei que é um desafio atender a tudo, e também sei que esse desafio envolve renúncia e o estabelecimento de prioridades.

As várias emendas da bancada de Rondônia apontaram algumas prioridades. Eu gostaria que V.Exa., Sr. Relator, à luz de todos os argumentos do bom senso e da cautela, e tendo em vista a grande dificuldade que é fazer uma distribuição de recursos com equidade e justiça, contemplasse com um aporte um pouco maior de recursos o terminal hidroviário de Porto Velho, que é uma obra que poderia estar no PAC, dada a construção da hidrelétrica do Madeira. O transporte hidroviário na região deve aumentar, e a cidade de Porto Velho não tem um terminal, conta apenas com um terminal improvisado de cargas e passageiros, o que causa confusão no Rio Madeira.

A bancada federal, depois de muita discussão, priorizou esta emenda, que estamos destacando para que V.Exa. possa analisar com a equidade e a justiça que norteiam seu trabalho nesta Comissão.

São estas as solicitações que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Eduardo Gomes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar eu gostaria de fazer, com o orgulho do Parlamentar tocantinense, uma saudação ao Senador Leomar Quintanilha, pela capacidade de interlocução com todas as bancadas, pela ampla discussão deste importante relatório de infra-estrutura, o que não deixa de ser um registro, para o nosso Estado, da competência do Senador e de quanto S.Exa. é respeitado nesta Comissão.

Quero, Senador Leomar, dizer da nossa disposição de, na segunda fase de aprovação deste relatório, discutir nesta Comissão a necessidade de promovermos cortes em despesas correntes e de ampliarmos os investimentos em obras de infra-estrutura.

Quero também parabenizar o esforço conjunto da bancada do Estado do Tocantins para priorizar obras importantes como a eclusa do Lajeado. Recentemente, ouvimos o possível Presidente da ELETRONORTE falar da prioridade da eclusa, que chama a atenção, nobres Parlamentares, por uma questão muito interessante: a obra tem licença ambiental, não tem nenhum indício de irregularidade no Tribunal de Contas da União, é necessária para o bom funcionamento das outras eclusas, vem recebendo repetidas vezes recursos do Orçamento, mas não está merecendo do Governo Federal a prioridade devida. Espero que agora, com sua reinclusão no Orçamento, e como prioridade no relatório de infra-estrutura, a obra seja finalmente retomada, para que sua conclusão se dê em poucos anos.

Fica aqui o nosso registro. Permanecerei fiscalizando, como Líder do PSDB na Comissão do Orçamento, mas entendo que é preciso fazer um trabalho conjunto para compensar a falta da CPMF com os recursos necessários ao relatório de infra-estrutura. Contem com o nosso apoio e com a nossa compreensão do trabalho que o Senador Leomar Quintanilha desenvolveu e pelo qual nós o parabenizamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Tem a palavra o Deputado Luciano Castro, como Líder.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO - Sr. Relator, quero parabenizá-lo pelo relatório e também fazer uma ponderação a respeito da nossa BR-174, rodovia importante do nosso Estado que liga Manaus a Boa Vista e segue até a Venezuela, onde se interliga com uma estrada venezuelana e vai até Caracas. A BR-174 é uma rodovia internacional e tem suma importância. Eu gostaria que V.Exa. tivesse um pouco mais de sensibilidade na análise dessa questão, tendo em vista que grande parte das obras de restauração da rodovia já estão em execução. Está previsto um gasto de cerca de 200 milhões de reais nesse trecho.

Peço-lhe que examine nosso destaque com atenção, tendo em vista as questões que envolvem a Região Norte, entre elas a integração da Venezuela ao MERCOSUL.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Relator Senador Leomar Quintanilha, parabéns pelo trabalho. Sei que o senhor ouviu muito, preocupou-se, sofreu, fez das tripas o coração para fazer um bom relatório.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A bancada do Rio Grande do Sul foi modesta em suas emendas para um dos maiores trechos federais. Pedimos recursos para apenas 4 estradas, e estradas que estão aí há muito tempo, Senador Leomar Quintanilha, há 8, há 10 anos.

Duas delas o senhor pôde atender razoavelmente. A que liga Tavares a São José do Norte, que é a pior, com 5,2 milhões de reais mal e mal tem suas obras recomeçadas, a chamada Estrada do Inferno. A outra, a BR-468, faz o entroncamento Brasil—Argentina. Há 8 anos eu me empenho em favor dessa estrada. Era um trecho de 35 quilômetros, que liga uma região do meu Estado com a Argentina. Do outro lado do Rio Uruguai tem asfalto. Esse trecho, que atende a 150 Municípios, encurta em 700 quilômetros a distância para São Paulo, pela Argentina ou não.

Estou me empenhando há horas, e só faltam 6 quilômetros. Por um erro da bancada, solicitamos 6 milhões de reais. Isso foi um erro, que não dá mais para consertar. Deveríamos ter pedido 15 milhões, para o senhor nos dar 10 milhões. Concluiríamos a obra, iniciada há 8 anos, Senador. Mas o senhor nos deu 4 milhões, só. O que eu vou lhe pedir é que faça um esforço e nos atenda com pelo menos 6 milhões. Tínhamos de ter pedido 15 milhões, mas por um erro da coordenação acabamos pedindo 6 milhões. O senhor sabe que a tendência do pessoal é pedir sempre bem mais: 15 milhões, para ficar com 10 milhões. Mas pediram só 6 milhões e o senhor ainda nos tirou 2 milhões.

Deputado do Ceará, por gentileza. Eu esperei para falar e agora gostaria que o senhor aguardasse. O senhor é brilhante e educado, tenho certeza.

Senador Quintanilha, por favor, faça uma revisão. Essa região trabalhadora precisa da conclusão desses 6 quilômetros. Com 6 milhões talvez a empreiteira ao menos recomece a obra. Vamos tentar convencê-la, mas com 6 milhões. Por favor conceda mais 2 milhões. O senhor pode fazer isso.

É o apelo que faço em nome do Rio Grande, em nome da Governadora, em nome da bancada do seu PMDB, do nosso PMDB, que está investindo muito nessa estrada, há 8 anos.

Senador Quintanilha, que fique na sua alma este pedido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Marcelo Castro.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres colegas, o relatório do Senador Leomar Quintanilha faz algumas modificações, e, no que diz respeito ao querido Piauí, nós nos sentimos prejudicados. O orçamento para o Piauí no Ministério dos Transportes é dos menores, consideradas todas as Unidades da Federação. Nos orçamentos para Rondônia e Roraima, que são Estados muito menores do que o Piauí, V.Exa. corrigiu a diferença. O orçamento era diminuto, e V.Exa. fez um acréscimo importante. No caso de Rondônia, por exemplo, V.Exa. aumentou os 76 milhões para 134 milhões, ou seja, quase dobrou o previsto. No caso de Roraima, os 58 milhões V.Exa. elevou para 113 milhões. E o Piauí, que tinha apenas 120 milhões, ficou com 111 milhões, teve o orçamento reduzido.

Senador, eu queria contar com a compreensão de V.Exa. Aliás, eu já havia alertado V.Exa.

Normalmente as bancadas fazem emendas para o Ministério dos Transportes. Este ano, o Piauí não fez nenhuma emenda, então o corte que V.Exa. fez no orçamento que já existia, e que era diminuto, pequeno, insignificante, não vai ser compensado pelas emendas de bancada. Não há nenhuma. Por causa disso, estou apresentando um destaque solicitando a V.Exa. que recomponha os valores cortados, para não prejudicar o nosso Estado. Quase todos os demais Estados da Federação ficaram, após o relatório de V.Exa., com valores superiores aos previstos no texto original. O Piauí é das raras exceções. Temos um orçamento baixo e não apresentamos emendas de bancada. Mesmo assim V.Exa. cortou recursos.

Peço a V.Exa. que leve em consideração todos estes argumentos quando for analisar os destaques de reposição dos recursos cortados.

Agradeço-lhe a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Relator Senador Quintanilha, peço a V.Exa. atenção para as rubricas de interesse do Maranhão referentes à manutenção de trechos rodoviários nas BRs 135, 226, 308 e 402, que tiveram valores reduzidos por V.Exa.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Eu me pergunto, ilustre Senador, que critério presidiu a feitura do relatório de V.Exa., uma vez que a manutenção da BR-174, no Estado de Mato Grosso, que tinha originalmente o valor de 8 milhões, teve seus recursos acrescidos por V.Exa. para 25 milhões 712 mil reais. E, pior ainda, a BR-174, no Estado de Roraima, de 44 milhões de reais passou para 77 milhões de reais. V.Exa. acrescentou quase 40 milhões de reais. Na mesma Roraima, onde não há tanto tráfego rodoviário, a BR-310 teve 20 milhões de reais a mais.

Existem várias outras discrepâncias no relatório. Meu interesse, Sr. Relator, não é reclamar dos amplos atendimentos promovidos por V.Exa. Esse assunto não me interessa muito. O que eu quero é melhorar a situação das rubricas referentes ao meu Estado. Cito esses exemplos e acrescento a minha estranheza pelo fato de o Estado de Roraima ter mais importância do que os outros Estados da Federação, que não tiveram seus valores acrescidos dessa forma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Zé Gerardo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO - Sr. Senador Quintanilha, o Estado do Ceará apresentou 2 emendas. Por várias vezes eu lhe procurei, e V.Exa. teve a boa vontade de me ouvir e de analisar nossos pleitos. Ocorre que não foram feitos os cortes devidos, e houve uma mudança no entendimento firmado com a sua assessoria.

O Estado do Ceará tem no relatório do orçamento para a BR-222, Caucaia—Pecém, 40 milhões de reais para a conclusão da duplicação de uma rodovia que dará acesso ao Porto do Pecém e que garantirá melhor qualidade de vida ao nosso povo, melhorando o escoamento da produção para o porto. A PETROBRAS está fazendo nessa área uma tancagem para distribuição de petróleo para toda a Região Nordeste e necessita da conclusão dessa rodovia. A obra já foi licitada e a ordem de serviço está sendo dada.

O Estado do Ceará também estava aquinhado com 35 milhões de reais para o trecho Tianguá, que ainda não foi licitado mas também deve ser visto com bom olhos.

O que eu pedi a V.Exa. foi que trocasse o corte de 3 milhões 535 mil reais feito dos 40 milhões de reais da duplicação do trecho Caucaia—Pecém para os 35 milhões da duplicação na chegada à cidade de Tianguá. Expliquei ao assessor de V.Exa. que não foi possível fazer a troca por causa daquela confusão dos dias finais, e eu precisava que o Estado de Ceará tivesse esse recurso. A mudança não vai causar nenhum prejuízo, é só trocar a rubrica do corte. Os destaques são os de nºs 021 e 020.

Peço a V.Exa. que analise essa questão com bons olhos. Tenho certeza de que, pelo carinho que V.Exa. tem pelo Ceará, pela nossa amizade e pela dedicação com que V.Exa. elaborou este relatório, que nós ajudamos a construir, trabalhando várias vezes no Comitê de Emendas, de braços abertos para ajudar todos os Estados, analisando as dificuldades e resolvendo os grandes problemas da Nação, tenho certeza de que V.Exa. vai nos atender.

Aproveito a oportunidade para parabenizá-lo pelo relatório e por tudo o que V.Exa. fez pelo Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Edinho Bez.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Sr. Presidente, meus colegas de Comissão, Relator Leomar Quintanilha, eu gostaria de reforçar os pedidos feitos pelos Deputados Darcísio Perondi e Zé Gerardo. O momento é muito importante para todos nós, brasileiros.

Senador Quintanilha, apresentei 6 destaques, mas enumero o primeiro como o mais importante. Está sendo construído um aeroporto regional no sul de Santa Catarina, no Município de Jaguaruna, entre Tubarão e Criciúma, com recursos do Governo do Estado, principalmente, mas com participação do Governo Federal.

Fui Secretário de Estado de Infra-estrutura. Estamos concluindo agora a segunda etapa do aeroporto. Deverão ser licitados imediatamente, com recursos do Estado — 6 milhões de reais —, os terminais de passageiros e de cargas, o balizamento do aeroporto e o estacionamento. A emenda da bancada, apresentada pela Senadora Ideli Salvatti, é de 50 milhões de reais, mas V.Exa. aprovou apenas 8 milhões de reais. Não pedimos muito, tendo em vista que, com a duplicação da BR-101, a obra é de suma importância não só para Santa Catarina, mas para o Brasil, aliás, para o mundo.

Sr. Senador, estou pedindo no meu destaque que o valor de 8 milhões, já aprovado por V.Exa, seja elevado para 13 milhões de reais. Veja que nós pedimos 50 milhões. Estamos pedindo apenas mais 5 milhões, para



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

a conclusão da obra que dá acesso ao aeroporto, prioridade da prioridade. Trata-se da Emenda 71260001. Essa obra fará grande diferença para Santa Catarina.

A Emenda 71260007, a segunda que apresentei, trata da adequação de trecho rodoviário da BR-153, divisa do Paraná com o Estado do Rio Grande do Sul: obviamente, Santa Catarina. V.Exa. aprovou 7 milhões 539 mil 181 reais. Estamos pedindo que o valor seja aumentado para 15 milhões de reais.

Outro destaque é o 71260008, duplicação e adequação do trecho da BR-282 que liga o Município de Alfredo Wagner a Florianópolis, nossa Capital. Essa rodovia corta o Estado de Santa Catarina e talvez seja a mais importante do Estado, porque liga Florianópolis à divisa com a Argentina, por exemplo. Nesse trecho ocorrem acidentes constantemente. Eu gostaria de contar com a sensibilidade de V.Exa., Sr. Relator, para aumentar o valor inicialmente concedido, de 4 milhões 703 mil 138 reais, para 28 milhões de reais.

O Destaque nº 71260009 trata da adequação do trecho rodoviário de Rio do Sul, no Estado de Santa Catarina, BR-470. Essa outra rodovia federal, importantíssima, liga parte da região serrana do oeste à BR-282, em Lages, e segue até a BR-101, Municípios de Itajaí e Navegantes, onde quase diariamente há acidentes. Foram solicitados 15 milhões de reais, e V.Exa. aprovou 7 milhões 539 mil 181 reais. Gostaríamos que fosse aumentado esse valor.

Outro destaque que apresentamos é o de nº 71260015, adequação de anéis viários no Município de Criciúma, Estado de Santa Catarina. Essa é uma promessa antiga. Conheço muito bem essa necessidade. Represento essa região aqui no Congresso Nacional. A adequação é importante. Foram aprovados 4 milhões 185 mil 273 reais. Solicito a V.Exa. que aumente esse valor para pelo menos 10 milhões de reais.

O último é o Destaque nº 71260017, adequação do acesso rodoviário da BR-282, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina. A bancada solicitou 100 milhões de reais, e V.Exa. aprovou 10 milhões de reais. Se for possível atender, reivindicamos um aumento de 10 milhões para 30 milhões de reais.

Como eu já disse, caro Relator, gostaria que V.Exa. desse atenção especial à obra de acesso ao aeroporto regional, que está sendo construído com sacrifício pelo Governo do Estado. O aeroporto atenderá a todo o Brasil. Já está até sendo duplicada a BR-101. Pedimos inicialmente 50 milhões, e agora queremos apenas que V.Exa. eleve de 8 milhões para 13 milhões o recurso. São apenas 5 milhões de reais a mais. Contamos, mais uma vez, com o sentimento que lhe é peculiar e com a sensibilidade dos colegas da Comissão.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - A Presidência dará um esclarecimento ao Plenário da Comissão.

Reza o art. 80 da Resolução nº 1 de 2006 do Congresso Nacional:

"Art. 80. Somente será admitido destaque:

I - ao projeto:

a) para recompor dotação cancelada, até o limite de 3 (três) destaques por membro da CMO, inadmitidos os que tenham como objetivo recompor dotação reduzida por cancelamento linear."

Como o nosso serviço de informática não nos permite o controle do número de destaques recebidos por autor, eu gostaria que os Parlamentares tivessem ciência desse dispositivo, porque, no momento da apreciação dos destaques, certamente o Relator não vai acolher destaques que firam esse dispositivo da resolução. Só serão admitidos 3 destaque por Parlamentar para recompor dotação cancelada.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - O que V.Exa. sugere...

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Sugiro aos que já apresentaram mais de 3 destaques que elejam os que querem retirar, para que essa tarefa não fique a cargo do Relator, que, certamente, não poderá aceitar todos.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Sr. Presidente, V.Exa. sugere que, dos destaques que eu apresentei, eu priorize 3?

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Não, V.Exa. está equivocado. Primeiro, eu não estou fazendo uma advertência com endereço certo a alguém, muito menos a V.Exa. Eu mesmo não tenho ciência de



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

quantos destaques V.Exa. apresentou nesta rubrica, Recomposição. Mas, se V.Exa. porventura apresentou 4, é bom que escolha quais são os 3 que V.Exa. quer que subsistam.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Terei de fazê-lo imediatamente? Que prazo eu tenho para fazer essa escolha? Eu apresentei 6 destaques. Tenho de priorizar 3 deles imediatamente?

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Veja bem, estou me referindo a destaques para recomposição de recursos cancelados pelo Relator, não a emendas.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - No meu caso, são emendas, não são destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Então V.Exa. não está incorrendo nessa hipótese. Mas há outros que excederam o limite.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu queria fazer um apelo aos membros da Comissão. O Presidente Arlindo Chinaglia já está no plenário e quer começar a Ordem do Dia. Ele nos deu mais 15 minutos para concluir a votação deste relatório, ressalvados os destaques, e pelo menos do relatório de receitas. Vamos adiantar um pouco os trabalhos e concluir esta primeira etapa, já muito bem trabalhada pelo Senador Leomar Quintanilha. Teremos mesmo de continuar mais tarde.

Este é o apelo que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Agradeço a V.Exa. a informação, que transmito em forma de recomendação ao Plenário da Comissão. Mas lembro a V.Exa. e aos demais Parlamentares que amanhã faremos uma sessão extraordinária às 9h30min, já que não haverá reunião das Comissões técnica nem na Câmara nem no Senado.

Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO - Sr. Presidente, pedi a palavra para defender meu Estado de Roraima.

Nossa principal Rodovia é a BR-174. Roraima é um dos Estados que têm mais rodovias federais. A BR-174 é a única estrada que nos liga ao Brasil. Ela nos liga ao Brasil e à Venezuela.

Quero defender nosso Relator-Setorial, o Senador Leomar Quintanilha. O que ele fez foi confirmar os recursos previstos no PAC. Ele não privilegiou Roraima com o aumento de recursos de que reclamou um orador que me antecedeu. O Relator apenas enquadrou recursos que estão no PAC para que Roraima possa se desenvolver. A BR-174 está intransitável, cheia de buracos. Tudo o que chega a Roraima ou passa ou pela BR-174 ou vai de avião. O barco só funciona 3 meses por ano. Agora, por exemplo, não está funcionando. E os produtos da Zona Franca de Manaus também saem pela BR-174, para a Venezuela, para o Caribe.

Insisto, nosso Relator apenas enquadrou recursos do PAC. E Roraima precisa desses recursos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, eu disse ao Deputado Pedro Novais, o grande coordenador da nossa bancada do Maranhão, que Roraima tem um peso político muito grande, com o Senador Augusto Botelho e o Senador Romero Jucá, que é Líder do Governo no Senado. Acho que essas coisas muito ajudam.

Senador Augusto Botelho, estou dizendo que Roraima, além de ser um Estado importante, tem na política pessoas importantes, como V.Exa. e o Líder do Governo no Senado, o Senador Romero Jucá.

Mas eu queria lembrar que o Maranhão tem a BR-316, que liga o Pará ao Nordeste passando pelo Estado do Maranhão. É importante essa rodovia. Também temos a BR-135, que liga a Capital do Maranhão ao Estado do Piauí.

Fundamentalmente, temos de solicitar ao Senador que recomponha os recursos do Maranhão, até em nome do grande Deputado Pedro Novais, em nome da Senadora Roseana Sarney, que é Líder no Congresso Nacional, em nome do Deputado Roberto Rocha, que é o 1º Vice-Presidente desta Comissão de Orçamento, em nome do Presidente desta Comissão, cujo nome muito nos dignifica.

Senador, peço-lhe que olhe com carinho pelos recursos do Estado do Maranhão e pelo menos recomponha esses valores.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, Sr. Relator, dizem que onde falta o pão todo mundo grita e ninguém tem razão, não é verdade? Mas aqui todo mundo tem razão no grito de socorro ao Sr. Relator-Geral — tenho certeza de que S.Exa. se esforçou para atender de forma equilibrada a todas as unidades federativas. Mas dizem também que o que os olhos não vêem o coração não sente. Então vou dar ao meu Senador uma informação, para que S.Exa. possa ver a situação. Nesse momento seu coração vai palpitar a favor do Estado do Pará.

Veja V.Exa., Senador Quintanilha, que temos uma das maiores malhas rodoviárias não pavimentadas do Brasil. Proporcionalmente, a maior. Dos nossos 4.700 quilômetros de estradas, 3.087 quilômetros não são pavimentados. V.Exa. imagine as nossas dificuldades. Das nossas rodovias federais, 65% estão sem pavimentação. Os outros Estados todos estão em melhores condições. Em situação pior do que a nossa só estão o Amazonas e o Amapá, com percentual mais elevado do que o nosso. No entanto a nossa malha rodoviária é muito maior. O Estado do Pará é muito grande. Outros Estados não têm sequer um palmo a ser asfaltado, só precisam das duplicações — também importantes. Espírito Santo, Distrito Federal e Sergipe não têm mais rodovia federal a ser pavimentada.

Dos 27 Estados da Federação, V.Exa. só diminuiu o que estava previsto no Orçamento para 9 Estados. Um deles é o Pará. Estou apresentando um destaque porque tenho certeza de que o coração de V.Exa. vai palpitar em favor do Pará quando lembrar que 65% das nossas rodovias federais não têm pavimentação.

Peço a V.Exa., Senador Leomar, que nos ajude, que recomponha um pouco esses valores, ao menos que não nos tire nada, mas de preferência que acrescente alguma coisa para compensar as necessidades do Pará.

Para tanto, ofereço a V.Exa. destaques para adequação de valores que entendo estão superdimensionados em termos do valor da obra.

Por exemplo, vejo que há obra de acesso rodoviário de 25 milhões de reais o quilômetro, o que dá para fazer um elevado contínuo. É como se fosse a construção de uma ponte, no entanto é só um acesso, então o preço está superdimensionado, na minha leitura. Talvez a obra de arte seja tão sofisticada, que até justifique o valor. Mas temos de estar atentos, Senador Leomar. Vejo que há também obra de duplicação de 10 milhões de reais o quilômetro. Também está superdimensionada. Encontrei também obra de asfaltamento rodoviário de 2 milhões de reais, superdimensionada também. O valor médio do mercado é de 800 mil reais o quilômetro.

Estou nesses destaques dando sugestões, para que V.Exa., sem alterar a meta, possa, adequando valores, atender mais Parlamentares e mais Estados do Brasil.

Eram essas as nossas considerações, Senador Leomar. Cumprimento V.Exa. pelo relatório. Sei que V.Exa. não pode fazer milagre e que não tem dinheiro disponível para atender a todos, mas tenho certeza de que, depois de ver esses números, V.Exa. vai ficar sensibilizado e vai nos ajudar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Wellington Fagundes.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON FAGUNDES - Sr. Presidente, eu também quero parabenizar o nobre Relator Quintanilha. O atendimento, é claro, é escasso a todo o Brasil, uma vez que a necessidade de recursos para infra-estrutura é imensa. Mesmo tendo sido aumentado pelo Governo Lula o volume de recursos aplicados, nossas estradas ainda deixam muito a desejar, dado o baixo investimento feito nos últimos 20 anos.

Meu Estado não foge à regra. O Mato Grosso é um produtor de *commodities*, portanto necessita muito do transporte rodoviário, já que estrada de ferro praticamente não existe por lá e não temos hoje hidrovias em funcionamento. Dependemos única e exclusivamente das estradas para escoar nossa produção e para receber insumos.

Infelizmente, o preço do frete tem sido um dos maiores entraves ao nosso desenvolvimento e à competitividade do produtor mato-grossense, pois abocanha 20%, às vezes 40% do custo do produto, dada a precária condição das nossas estradas.

Não podemos reclamar do atendimento às nossas emendas, Sr. Relator, uma vez que sabemos dos limites de recurso, mas peço atenção especial para a emenda relativa à BR-364, que recebeu apenas 9 milhões de reais. A BR-364 está em avançado estágio de construção. Há possibilidade de concluirmos ainda este ano mais 2 trechos, que ligam a Capital até a região produtora de Sapezal e, conseqüentemente, favorecem a exportação pelo porto de Porto Velho, através da hidrovía. Esses 9 milhões de reais são uma gota d'água numa grande queimada.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Se for possível, já que há limite para o remanejamento, há outra fonte no próprio Estado, prevista para a BR-158. Ainda temos dificuldade nessa construção. Estamos resolvendo problemas nas áreas ambiental e indígena. Essa estrada tem um volume de recursos muito grande. Ela é importante, e estamos empenhados na obra há 3 anos, mas, infelizmente, apesar de haver recursos liberados na conta do Estado de Mato Grosso, ela não pôde ser tocada, por causa da criação de uma reserva indígena na região. Isso está impedindo a obtenção da licença ambiental.

Recorro ao Relator-Geral, quem sabe até ao Presidente da Comissão, a fim de que analisem a possibilidade técnica de melhorar o atendimento ao Mato Grosso, mesmo que seja preciso remanejar recursos da BR-158.

Sou do PR e o Ministério dos Transportes é administrado por um companheiro do nosso partido. A responsabilidade é de toda a bancada, porque essa estrada realmente está sendo construída com a maior celeridade no nosso Estado.

Defendo outras estradas também, mas fundamentalmente essa. Fiz outros destaques, mas gostaria de restringir-me ao Destaque 71120017, relativo à BR-364. Eu acredito que V.Exa. poderá atendê-lo, fazendo com que essa rubrica realmente tenha maior aporte, pelo menos 30 ou 40 milhões, mesmo que se tenha de tirar do próprio Estado, no caso, da BR-158.

São essas as nossas observações.

Mais uma vez, agradeço a V.Exa. a atenção. Oriundo de um Estado da mesma região, V.Exa. entende a complexidade e importância.

Quero lembrar também a Ferrovia Norte-Sul, que já chegou ao seu Estado, importante para o desenvolvimento de toda a região.

Agradeço imensamente a V.Exa. e parabeno-o mais uma vez. Se eu puder obter resposta, será bom.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques, passo a palavra ao Relator, Senador Leomar Quintanilha, para prestar os esclarecimentos solicitados pelos integrantes da Comissão.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA - Srs. Senadores, Srs. Deputados, o Sr. Deputado Márcio Reinaldo Moreira, com muita propriedade, faz uma reclamação sobre a restrição no aporte dos recursos destinados à bancada de Minas Gerais. S.Exa. de certa forma tem razão. Talvez esse tenha sido o relatório em que os recursos para a Área Temática I foram mais exíguos. Nós procuramos realizar o corte de forma linear, dentro do possível, no parecer preliminar. Nossa intenção era fazer um banco de apropriação realizando corte linear em todas as bancadas.

Então, esta foi a razão por que Minas Gerais acabou tendo um corte grande: a quantidade de emendas apresentadas.

Nós tínhamos um entendimento com o Relator-Geral de que o aporte, a apropriação feita em RP2, em razão da reestimativa de receita, sofreria uma duplicação nos valores previamente apropriados. Lamentavelmente, essa situação não pôde ocorrer, provocando essa distorção mais acentuada no aporte dos recursos em RP2, em relação aos recursos de RP3.

Disse-me há pouco o Relator-Geral, a quem solicitei que me permitisse retirar o relatório, que procurasse fazer novo ajustamento; que propusesse a aprovação do relatório da forma como se encontrava, porque ele estava baseado no mesmo critério dos demais que foram aprovados; e que, no âmbito do seu relatório, procuraria fazer um ajustamento, bancada por bancada, para recuperar, tanto quanto possível, as perdas verificadas.

Em relação ao Deputado Claudio Cajado, que também se refere aos cortes, não tenho muito a acrescentar.

Com o Deputado Hugo Leal tivemos oportunidade de fazer um contato por telefone, apesar da exiguidade do tempo que nos foi concedido para apreciar o relatório. Discutimos com S.Exa. a questão que envolvia as emendas reapresentadas e S.Exa. disse da importância da obra para o seu Estado.

A constatação que tivemos do próprio DNIT de que a obra não figurava no plano nacional tecnicamente impedia-nos de fazer a apropriação dos recursos. Portanto, fizemos aquela apropriação de valor simbólico, para que a bancada do Rio de Janeiro, junto ao Relator-Geral, pudesse encontrar uma solução, fazer uma apropriação adequada à consecução dos objetivos da bancada, nas duas emendas.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Relembra-me o consultor técnico que elas foram aprovadas como a bancada solicitou: uma em apropriação, outra em remanejamento.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - É exatamente isso.

Sr. Relator, desculpe-me. Eu achei que tivesse havido alguma diferenciação. Na realidade, as duas estão sendo encaminhadas para reenquadramento, apesar de eu entender que uma não. Como foi apropriação e remanejamento, achei que tivesse havido divergência dentro da própria equipe.

Eu já compreendi. Estou satisfeito. Vou continuar lutando, junto ao Relator-Geral, para que isso possa ser efetivado.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA - O Deputado Humberto Souto comenta a questão do remanejamento. Efetivamente, o remanejamento é possível — vale para todas as considerações feitas pelo eminente Deputado com relação às emendas de remanejamento.

O Deputado Eduardo Valverde e os demais Parlamentares que fizeram uso da palavra insistiram, com muita propriedade e razão, na apropriação de recursos novos, mas tivemos uma situação efetivamente esdrúxula com relação a esse orçamento e, em razão disso e em virtude do entendimento que tínhamos com o Relator-Geral, não reservamos recursos para atender nenhum pleito de apropriação. Não teremos como atender a esses destaques.

O Deputado Giovanni Queiroz, com muita propriedade, traz uma preocupação que deve presidir o comportamento de todos nesta Comissão e no Congresso Nacional, que é dar seriedade à aplicação dos recursos.

Causam-nos espécie, como causaram a S.Exa., os valores propostos em certas rubricas para determinadas obras. Tivemos o cuidado de fazer uma consulta ao DNIT e este nos apresentou uma justificativa. Nós a levamos ao conhecimento do Relator-Geral, mas acreditamos que ela não seja suficiente para consistência à afirmação de que a proposta apresentada está perfeitamente dentro dos padrões exigidos para o tipo de obra apresentada.

Então, há o comprometimento do próprio Relator-Geral de aprofundar o exame com o DNIT, para que se faça, se for necessário, o ajustamento do valor dessas obras, tanto das relacionadas pelo TCU como das apresentadas pelo Deputado Giovanni Queiroz.

Sr. Presidente, é compreensível a frustração dos membros desta Comissão quanto à pretendida ampliação de recursos das emendas aprovadas. Em decorrência da não prorrogação da CPMF, provavelmente, ainda sermos submetidos a algum corte.

Era o relatório que tinha a apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON FAGUNDES - Pela ordem, Sr. Presidente. No meu caso, o Sr. Relator poderia citar alguma.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA - Gostaríamos que V.Exa. apresentasse o destaque, para nós o acolhermos, se tecnicamente possível.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON FAGUNDES - O destaque já foi apresentado, por isso coloquei apenas aquele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 01, de 2006-CN, solicito autorização do Plenário para dispensar manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas individuais, tendo em vista que já houve manifestação quanto às emendas coletivas.

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O Relatório Setorial da Área Temática I – Infra-Estrutura, com as alterações da errata, está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Foram apresentados 139 destaques na área temática de infra-estrutura.

Relatório Setorial da Área Temática III – Integração Nacional e Meio Ambiente.

Relator Setorial: Deputado Eunício Oliveira.

A discussão e o prazo para apresentação de destaques já haviam sido encerrados. Estamos em fase de apreciação dos destaques.

Srs. Parlamentares, o art. 138, § 2º, da Resolução nº 01, de 2006-CN estabelece que *não será aceita solicitação para votação em separado de destaques após aprovação de requerimento para votação em globo dos destaques*. Sendo assim, solicito ao Plenário autorização para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator Setorial.

A proposta para votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, eu queria registrar aqui a intenção de votar separadamente um destaque da bancada do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Qual é o número do destaque, Deputado?

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Destaque nº 14, da bancada do Paraná.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, *idem* aos da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Temos que ter o número dos destaques.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - V.Exa. aguarde um minuto, que os apresentarei, se possível.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - O destaque foi pela rejeição, estamos solicitando votação em separado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Vamos votar a proposta em globo dos destaques, ressalvado o Destaque nº 14.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Destaques com voto do Relator Setorial pela aprovação integral:

Destaque nº 07, do Senador Leomar Quintanilha.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, eu queria explicar ao Relator Setorial, Deputado Eunício Oliveira, por que fizemos a solicitação de destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Pois não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Eu sei que os atendimentos serão feitos pelo Relator-Geral, dentro do que for possível e, portanto, solicito ao Relator Setorial — acho que esse encaminhamento é possível — que encaminhe ao Relator-Geral essa solicitação que estou fazendo quanto ao Destaque nº 14, da bancada do Paraná.

Portanto, que o Relator Setorial, Deputado Eunício Oliveira, encaminhe a sugestão ao Relator-Geral, Deputado José Pimentel, para sua consideração.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - V.Exa. o retira?

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Retiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Está retirado.

Destaques com voto do Relator Setorial pela rejeição, onde se inclui o Destaque nº 14.

Em votação o voto do Relator pela rejeição dos destaques na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Destaques foram rejeitados.

Estão prejudicados os Destaques nºs 15 e 16, do Deputado Marcelo Castro.

Está encerrada a votação da Área Temática III.

O SR. DEPUTADO EUNÍCIO OLIVEIRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, tendo em vista a solicitação do Deputado Eduardo Sciarra para votação em separado do destaque e a retirada do mesmo, com a concordância deste Relator Setorial, faço, neste momento, o encaminhamento do destaque ao Sr. Relator-Geral, para análise posterior.

Agradeço a V.Exas. a atenção e a forma como conduziram os trabalhos.

Agradeço a Deus por estar novamente aqui, no meio de todos, depois de ter sofrido uma intervenção cirúrgica. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Agradecemos ao Deputado Eunício Oliveira, que mesmo operado se fez presente.

Teve início a Ordem do Dia na Câmara dos Deputados. Vamos suspender os trabalhos. Retornaremos às 19h30 min.

Declaro suspensos os trabalhos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Maranhão) - Declaro reaberta a presente reunião, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 1 e 2, de 2008.

Informo ao Plenário que falta apreciar os seguintes relatórios setoriais, referentes às áreas temáticas da Proposta Orçamentária para 2008: votação dos destaques da Área Temática I – Infra-estrutura; debate e votação do relatório da Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, com os respectivos destaques.

Comunico que se encontra presente nosso companheiro da Comissão do Orçamento, Senador Francisco Dornelles, que já tem em mão o relatório da receita. Por isso, consulto os presentes — já está aqui o requerimento — quanto à inversão da pauta, para audiência do Relator da Receita, que procederá à leitura do seu parecer.

Requerimento de inclusão de matéria na Ordem do Dia:

Requeiro, nos termos do art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão da Errata ao Relatório de Atualização das Estimativas de Receita na Ordem do Dia da primeira reunião extraordinária desta Comissão, realizada em 12/02/2008.

Sala das reuniões, 12/02/2008.

João Carlos Bacelar.

O requerimento de inclusão na pauta está em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

(Não identificado) - Sr. Presidente, peço verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Informo ao nobre Deputado que a verificação de *quorum* se dará após a proclamação do resultado. V.Exa. terá de reduzir a termo o seu pedido de verificação e na hora oportuna.

O requerimento de inclusão da matéria está em votação.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Extrapauta.

Apreciação da Errata ao Relatório de Atualização das Estimativas de Receita, nos termos do § 2º do art. 30 da Resolução nº 01, de 2006-CN, apresentado à Proposta Orçamentária para 2008.

Projeto de Lei nº 30, de 2007-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008.

O Relator da matéria, Senador Francisco Dornelles, está com a palavra para fazer a leitura do seu parecer.

O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES - Sr. Presidente, Senador José Maranhão, Srs. Deputados, essa errata foi fruto de um trabalho conjunto, da grande participação dos Deputados Pedro Novais, Luiz Carreira, Devanir Ribeiro, Vanderlei Macris, Marcos Medrado, João Carlos Bacelar, Abelardo Camarinha, Senadores Cristovam Buarque e João Vicente Claudino. Procuramos fazer uma avaliação das receitas para o ano de 2008.

Sr. Presidente, sempre houve uma tendência muito grande de o Poder Executivo subestimar receitas, tendo como meta o excesso de arrecadação por meio de medida provisória e crédito extraordinário. Portanto, realizamos um trabalho bastante detalhado. Na primeira revisão, fizemos um ajuste bruto de 13 bilhões de reais; na segunda, de 8 bilhões de reais; na terceira, de 9,7 bilhões de reais, o que permitiu um ajuste de 31 bilhões de reais. Com o IOF e a Contribuição Social sobre o Lucro, houve um adicional de 10 bilhões, dando um subtotal de 42 e 35, antes da CPMF, com cuja perda todos concordam.

Esse relatório já foi amplamente distribuído e debatido. É um relatório de consenso. Os Deputados Vanderlei Macris e Luiz Carreira participaram da sua elaboração, assim como o Deputado Pedro Novais, pessoa a quem escutamos nos momentos mais difíceis.

Sr. Presidente, estou pronto a prestar qualquer esclarecimento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Em discussão o relatório.

Com a palavra o Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, o Senador Francisco Dornelles conhece melhor do que todos nesta sala e o Congresso como um todo os problemas da receita. Quero apenas acrescentar um fato que S.Exa. não mencionou.

Desde de que freqüento a Comissão de Orçamento, iniciada em 1991, até hoje, a arrecadação efetiva da receita sempre ultrapassou as previsões feitas pelo Congresso, num percentual entre de 6% e 12%.

Considerando os critérios adotados pelo Senador Francisco Dornelles, Relator da matéria; considerando os estudos elaborados pelas Consultorias da Câmara e do Senado; e considerando que a tendência da Secretaria da Receita Federal é sempre projetar para menor a receita, para depois aparecer com um resultado extraordinário, não há por que não aprovarmos o parecer do Senador Francisco Dornelles.

Nesse sentido, encaminho meu voto e o da bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Continua facultada a palavra. *(Pausa.)*

Não havendo mais oradores, encerro a discussão.

A Errata ao Relatório de Atualização das Estimativas da Receita está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na representação da Câmara.

Em votação na representação do Senado da República.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na representação do Senado da República.

Com a palavra o Relator, Senador Francisco Dornelles.

O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES - Sr. Presidente, no momento em que tenho meu relatório aprovado, agradeço a V.Exa. o grande apoio que me deu durante todo o tempo em que esse trabalho foi realizado.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sem os seus conselhos, sem as suas diretrizes, sem a sua confiança, esse relatório não poderia ter sido feito. De modo que agradeço muito a V.Exa. Diria que esse relatório também é de V.Exa. Foi um relatório feito a 6 mãos, e a sua ajuda sempre foi extremamente importante.

Minha saudação ao Deputado José Pimentel e a toda a Consultoria da Comissão de Orçamento na Câmara e no Senado.

Sr. Presidente, depois desses trabalhos, tornei-me maior admirador de V.Exa. — sempre fui seu grande admirador —, por todo o trabalho, toda a colaboração, toda a ajuda, todo o apoio que V.Exa. nos deu para elaboração desse parecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Agradeço a V.Exa. a generosidade de seus conceitos. Se tive algum mérito foi reconhecer a competência, o tirocínio e a grande autoridade de V.Exa., não apenas como Parlamentar, mas também como homem de vasta experiência no serviço público, inclusive nos altos cargos que exerceu nas áreas financeira e econômica dos vários Governos deste País. Nesses cargos, V.Exa. sempre teve como norma a seriedade, a honestidade e o equilíbrio e, por isso, conseguiu realizar aqui um trabalho que é reconhecido por todos os integrantes desta Comissão, que vêem em V.Exa. um homem de extraordinário currículo e de relevantes serviços prestados ao País.

Se algum mérito tenho é exatamente identificar em V.Exa. essas qualidades, que o Brasil inteiro reconhece na sua pessoa, pelos vários cargos que ocupou, como bem frisei, inclusive o elevado cargo de Ministro de Estado.

O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES - Sr. Presidente, para encerrar, gostaria de fazer uma saudação a todos os Parlamentares presentes e cumprimentar minha querida amiga, a excepcional Deputada Rose de Freitas, que tem uma enorme capacidade de coordenação nesta Casa. Na pessoa de S.Exa., cumprimento todos os membros da Comissão de Orçamento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Faço minhas as palavras de V.Exa., tributando à nossa companheira Rose de Freitas os atributos que todos nela reconhecem.

Comunico aos presentes que se encontra sobre a Mesa, devidamente elaborado, o Relatório Setorial da Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo. A Relatora, Senadora Lúcia Vânia, não se encontra presente, mas manifestou, por intermédio de sua assessoria, todo interesse em fazer a leitura do mesmo.

Vou dar início à discussão da matéria, augurando que a Senadora Lúcia Vânia chegue a tempo.

O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES - Sr. Presidente, salvo engano, o relatório já foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Já foi lido, V.Exa. tem razão.

O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES - Sendo assim, os problemas agora são os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - *Lapsus linguae*. Na verdade, a Senadora Lúcia Vânia já leu seu parecer. Apesar de ter estado presente, equivoquei-me.

Declaro iniciada a discussão, bem como o prazo para apresentação de destaques, que será encerrado ao término do debate.

Pergunto à Deputada Rose de Freitas se aceita fazer as anotações de interesse da Relatora. Assim, quando da chegada da Senadora Lúcia Vânia, V.Exa. poderá passar-lhe essas anotações, para que preste os esclarecimentos necessários.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, dada a sua eficiência na condução dos trabalhos e o respeito com que trata esta Casa, seria difícil manifestar diante de V.Exa. a impossibilidade de fazer qualquer procedimento diferente do sentimento do Plenário. Entretanto, não há acordo para votar a matéria. Já tentamos o diálogo, mas não há acordo entre os partidos. Isto já foi comunicado ao PMDB e o estou reafirmando agora apenas pelo fato de o meu partido ser maioria, neste momento, na Comissão.

Esse é o sentimento que transmito a V.Exa.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, o PR se acosta às palavras da Deputada Rose de Freitas.

O SR. DEPUADO ALEX CANZIANI - Sr. Presidente, o PTB também não tem como votar esse relatório da maneira como foi apresentado pela Senadora.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, gostaríamos imensamente de encerrar hoje esse processo, mas, evidentemente, não temos interesse em causar nenhum atropelo, em forçar nada, a não ser o entendimento. V.Exa. vem conduzindo muito bem esse processo, tanto que hoje conseguimos avançar.

Apelo para que os Líderes dos partidos na Comissão — V.Exa. já convocou reunião para amanhã pela manhã —, esta noite, busquem um entendimento, já que a Senadora acaba de chegar.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Comunico aos presentes que a Senadora Lúcia Vânia acaba de adentrar a sala desta Comissão. Vou manter a matéria em discussão, com a presença da Relatora, que está aqui para pessoalmente prestar os devidos esclarecimentos.

Para ser justo com a Senadora Lúcia Vânia, informo que S.Exa. se encontrava hoje à tarde em Goiânia e fez um grande esforço para participar deste debate, no intuito de prestar ao Plenário da Comissão as informações necessárias. De modo que, estando ela aqui presente, vou manter a matéria em discussão. Evidentemente, não há nenhum compromisso dos presentes em aprovar a matéria. Se assim entenderem, poderão rejeitá-la, mas, acho que temos condições de discutir e votar o relatório de acordo com a nossa consciência.

Passo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para prestar os esclarecimentos que considerar necessários ao deslinde da questão.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, agradeço ao Presidente da Comissão por colocar a matéria em discussão nesta noite, porque a considero importante. Durante os nossos trabalhos, fizemos o possível. A matéria foi a que recebeu o maior número de emendas, principalmente na área do turismo. Procuramos fazer com que todos os Estados fossem beneficiados de forma harmônica. Entretanto, alguns apresentaram mais emendas, outros menos, e não conseguimos a equalização que desejávamos. Fizemos o possível.

Sr. Presidente, o que houve com o PMDB nessa matéria? Eu não tenho conhecimento de nenhuma dificuldade. Pelo menos, não me foi exposta. Acredito que a dificuldade manifesta na última leitura do parecer tenha sido dirimida, uma vez que elaboramos uma errata, que será submetida ao Plenário, em relação a duas emendas de Comissões. Como eu não conheço o acerto feito pelos Líderes em relação a emendas de Comissões, gostaria de ouvir os Srs. Parlamentares. Peço a S.Exas. que apontem as dificuldades em relação ao relatório.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que suspenda a reunião por 5 minutos, para que possamos conversar com os Líderes e a ilustre Relatora, se ela assim o permitir, na Sala da Presidência, para fazermos ajustes. Ao retornarmos, discutiremos e encaminharemos com maior tranquilidade. Podemos ganhar um certo tempo com isso.

Faço esse apelo ao Presidente, à Senadora e aos Líderes na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Quanto a esta Presidência, o pedido de V.Exa. não padece dúvida. Se a Senadora e os Líderes concordarem, suspenderei a reunião por 5 minutos, para que as lideranças aqui presentes possam dialogar com a Relatora e apresentar as suas dificuldades e suas objeções.
(Pausa.)

Declaro suspensa a reunião por 5 minutos, na forma sugerida pelas Lideranças aqui presentes.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Declaro reaberta a reunião.

Comunico aos presentes que vou encerrar a presente reunião, marcando outra para amanhã, às 9h30min.

Declaro encerrada a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Havendo número legal, vamos dar início aos trabalhos da primeira reunião extraordinária da Comissão Mista de Orçamento, para apreciação das Pautas n°s 1 e 2, de 2008.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não havendo número para deliberação, está facultada a palavra aos Srs. Parlamentares aqui presentes.
(Pausa.)

Com a palavra o Deputado Alex Canziani.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Sr. Presidente, na noite de ontem, alguns partidos acabaram não concordando com a votação do relatório da Senadora Lúcia Vânia, que trata sobre o turismo.

Quero, então, expor aos nobres companheiros a nossa inquietação. Primeiramente, com relação a algumas emendas das Comissões de Trabalho e de Desenvolvimento Econômico. Com a aprovação do Plenário, o Comitê de Admissibilidade de Emendas concordou em que essas emendas tramitassem, embora houve o entendimento contrário da Senadora. Ontem, porém, S.Exa. apresentou uma errata, com valor simbólico, em que admite algumas das emendas que havia vetado.

Temos ainda uma preocupação relativa ao SERPRO. Dizia a Senadora que, em razão da falta de recursos — S.Exa. dispunha pouco mais de 500 milhões —, acabou retirando 66 milhões do SERPRO.

O SERPRO é uma empresa que desenvolve um grande trabalho na área de processamento de dados e que atende boa parte dos programas do Governo Federal. E, se a Relatora retira esses 66 milhões, com certeza, vai inviabilizar o trabalho do SERPRO durante este ano de 2008. Disse o Deputado Gilmar Machado, que aqui está, que o Relator-Geral vai recompor esse orçamento tanto com relação ao SERPRO quanto àquelas emendas apresentadas pelas Comissões Temáticas e para as quais a Senadora acabou deixando um valor simbólico de 50 mil reais.

Esperamos, então, que até a votação, o Relator-Geral possa nos dizer que vai recompor tanto essas emendas de Comissão quanto a questão do SERPRO, que, no nosso entendimento, são da maior importância.

Então, Sr. Presidente, quero deixar registrado esse entendimento e dizer que ficamos satisfeitos com a atitude da Senadora de, por meio de errata, reincorporar ao texto as emendas das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu gostaria de me pronunciar na presença da Senadora Lúcia Vânia. Assim, se V.Exa. me permitir, farei uma abordagem a respeito dessas questões do corte do Orçamento e, quando S.Exa. chegar, abordarei alguns pontos de seu relatório.

Efetivamente, estamos concluindo os nossos trabalhos na Comissão de Orçamento com relação à votação do relatório. Faltam, salvo engano, os destaques da Infra-Estrutura e esse relatório, para que possamos concluir a votação dos relatórios setoriais, passando, então, para a discussão e votação do relatório geral pela Comissão e, em seqüência, pelo Plenário do Congresso Nacional.

É de se ressaltar que todos nós estamos imbuídos no propósito de tentar encontrar solução para a falta dos recursos da CPMF e, passado o primeiro momento, os primeiros pronunciamentos das autoridades federais, vimos que não é difícil de concluirmos a peça orçamentária, a Lei de Meios, que é a lei mais importante do Governo Federal, adequando os cortes a essa nova realidade.

Devo dizer que tive uma conversa ontem com o Relator-Geral, Deputado José Pimentel, e penso que estamos construindo um bom caminho por meio das propostas e da visão que S.Exa. está demonstrando ter.

Portanto, estou muito otimista por podermos fazer essas conclusões. E acredito que, antes do fim do período de trabalho da Comissão — o dia 25 de março, se não me engano —, quando os novos membros terão de ser indicados pelas Lideranças partidárias, ou seja, quando formos substituídos por novos Congressistas na Comissão, haverá tempo suficiente para aprovarmos tudo.

Falo aqui em meu nome pessoal, mas também como membro da bancada do Democratas, que é um partido de oposição na Casa, mas imbuído da responsabilidade de não fazer a política, que considero nefasta, do quanto pior melhor. Queremos adotar uma postura responsável como, aliás, tem sido a nossa conduta aqui na Casa, principalmente nesta Comissão, mas colaborando e desejando ser ouvido naquilo que julgamos importante, e apresentando sugestões no intuito de colaborar e na plena convicção de que cada um de nós tem importância e pode contribuir com suas idéias e sugestões.

Daí porque, neste momento, faço essa breve análise.

Quero também, Sr. Presidente, reportar-me a estudo que fizemos a respeito do impacto da CPMF. Infelizmente, não estou com esses dados na mão, até porque só iria abordá-los quando da leitura do relatório geral.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Solicitei à Comissão de Orçamento e também à Consultoria do Democratas um estudo a respeito dos gastos, nos últimos 10 anos, dos recursos oriundos da CPMF, nas Fontes 155 e 179, ou seja, os recursos oriundos da CPMF e do Fundo de Combate à Pobreza, para verificar, com base na receita, quais foram os gastos.

Esse estudo revelou que nem sempre foram gastos todos os recursos — isso segundo dados oficiais, que puxamos por meio da Assessoria do Orçamento e do Democratas, e vou apresentá-lo quando da discussão final do relatório, para que tenhamos em mente que os recursos são importantes, mas que de nada adianta ter esses recursos se eles não são gastos.

Então, da análise que tiramos, é a mesma coisa: há de se propor uma solução para o corte dos recursos da CPMF, em que o Parlamento dê também sua contribuição por meio das emendas de bancada. Mas, se historicamente apenas 50% das emendas de bancada 50% executadas, de antemão, já podemos contribuir com 50%. Não adianta quereremos fazer algo que não seja factível.

Nesse contexto, todos temos uma forma de contribuição, e tenho a convicção de que o Governo Federal não terá problema algum em termos de execução do Orçamento em razão da falta dos recursos da CPMF. Faço a afirmação com base no estudo de reestimativa da receita — e esse é um dado que também tenho.

Pedi ainda, Sr. Presidente, que me expusessem quando, nos últimos 10 anos, o Congresso errou na reestimativa da receita. Sabe V.Exa. quando? Nunca. Pelo contrário. Houve um ano em que foi ela reestimada em quase 18 bilhões e deu 22 bilhões, ou seja, 4 bilhões a mais que a reestimativa feita pelo Congresso.

Então, pelo seu passado, por sua competência e pelo seu conhecimento da máquina pública, tenho convicção de que a reestimativa da lavra do Senador Francisco Dornelles — e o digo principalmente pelas inúmeras atribuições que S.Exa. já teve como Senador da República, Ministro de Estado, Deputado Federal e Secretário da Receita, como bem lembra o Deputado Márcio Reinaldo Moreira —, será efetivada.

A conjuntura econômica mundial é favorável ao Brasil, estamos em processo de crescimento, e o único impacto negativo que podemos eventualmente ter é com a matriz energética e as questões estruturantes, como por exemplo, os corredores rodoviários e o transporte ferroviário, que efetivamente inibem um crescimento maior da nossa economia. Vejam que a matriz energética do gás e das hidrelétricas tem problemas graves no atendimento da crescente demanda da indústria e, inclusive, do setor residencial, o que poderá inibir o crescimento, mas não chegará a impactar. Pelo contrário, a perspectiva apresentada pelo Governo é a de que o crescimento repetirá o resultado do ano de 2007 ou talvez até mais, o que significa dizer que compensará eventuais perdas da CPMF — e, em muito, com base na revelação da reestimativa de receita.

Sr. Presidente, são os breves comentários que gostaria de fazer, no aguardo da chegada da Senadora Lúcia Vânia a este plenário. E já peço a V.Exa. que renove a minha inscrição, para eu possa me pronunciar sobre o relatório, porém com a presença da nobre Senadora.

Portanto, de antemão, peço à Secretária da Comissão, a querida Mirna, que me reinscreva na lista, para que eu possa discutir o relatório com a Senadora, apresentando-lhe os argumentos e a deixando completamente tranqüila em relação à confecção do seu relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Deputado Claudio Cajado felicito V.Exa. pelas lúcidas e judiciosas explicações oferecidas, que, em grande parte, refletem o meu próprio pensamento a respeito da questão orçamentária na experiência administrativa brasileira.

Na verdade, V.Exa. tem razão quando diz que o contingenciamento — que não é um fenômeno novo na Administração Pública, pois todos os governos no regime republicano já o fizeram — cria uma situação ilusória no que respeita a rubricas do Orçamento. Essa é uma questão recorrente. Por isso é que tramitam no Congresso Nacional vários projetos criando o orçamento impositivo, que já é realidade em alguns países democráticos modernos. Exemplo disso são os Estados Unidos. O orçamento norte-americano é realmente impositivo, e quem o faz, na realidade, é o Poder Legislativo, não o Executivo. Até porque o orçamento é uma peça eminentemente legislativa. Então, jamais se poderia imaginar que, em sendo assim, as dotações orçamentárias, na razão de 97%, são impostas pelo Executivo. E as poucas emendas, cerca de 3% que os Parlamentares conseguem emplacar no orçamento, nem sempre se tornam realidade na execução orçamentária.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Tem V.Exa. inteira razão em relação a essa matéria, como tem razão também quando comenta a realidade atual decorrente da queda da CPMF. Todos os comentários que V.Exa. faz estão calcados na realidade que nós, membros desta Comissão, conhecemos profundamente e que a imprensa já divulgou.

De forma que quero felicitar V.Exa. pelos comentários, que, sem dúvida nenhuma, são objetivos, realistas e representam o pensamento médio desta Casa.

Tem a palavra o nobre Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente; Sras. e Srs. Deputados; Sras. e Srs. Senadores, quero agradecer o apoio que tivemos também da parte da Oposição e o esforço que todos aqui despenderam para que, nesta manhã, pudéssemos concluir o trabalho.

Recebemos os destaques do Senador Quintanilha e podemos concluí-los, uma vez que o entendimento a que tínhamos chegado na discussão foi o de que, na revisão geral, o Relator, Deputado José Pimentel, fará as adequações. Havíamos combinado — e todos estão cumprindo o acordo — ressaltar os destaques, e assim o faremos quando a Senadora Lúcia Vânia aqui chegar.

Inclusive, por meio de errata, S.Exa. acolheu as 4 emendas apresentadas pelo Deputado Alex Canziani, conforme entendimento das Comissões. Assim, o Relator-Geral alocará os recursos necessários para o Ministério do Turismo desenvolver o seu trabalho neste ano, o que envolve a fundamental realização de eventos de promoção do turismo.

Tão logo forem concluídos os relatórios do Senador Leomar Quintanilha e da Senadora Lúcia Vânia, teremos, conforme nos informou o Relator, reunião do Colégio de Líderes, para estabelecermos os parâmetros. Receberemos do nobre Relator a informação de onde serão efetuados os cortes necessários. Já tínhamos estimado em torno de 15 bilhões, mais os 2,7 bilhões, conforme apresentado no relatório do Senador Francisco Dornelles, aprovado por todos nós, para a conclusão desse trabalho.

Quero agradecer, de público, a todos que ajudaram nesse processo, especialmente os Comitês de Emenda e de Receita, que trabalharam muito para que pudéssemos chegar a esse final.

Espero que o nobre Relator, Deputado Pimentel, possa ter a tranqüilidade de que precisa para concluir o seu trabalho, logicamente precedido das reuniões que, conforme anunciou, fará com o Presidente e com o Colégio de Líderes, para a definição dos cortes.

Que possamos, então, na próxima semana, votar o relatório final do Deputado José Pimentel.
Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Pela ordem, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, eu gostaria de registrar, nesta reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, entrevista do cientista político Fernando Limongi, dada ao jornalista Leandro Loyola, publicada na revista *Época*, pág. 48 da edição desta semana, com o seguinte teor:

"Por ser um tema complicado, o Orçamento do Governo Federal é sempre cercado de mitos. No livro Política orçamentária no presidencialismo de coalizão, que sai neste mês, os cientistas políticos Fernando Limongi e Argelina Figueiredo tentam derrubar alguns deles. Com números e argumentos, eles concluem que o Orçamento é mais bem-feito do que as críticas sugerem. Nesta entrevista, Limongi afirma que o estudo dos 2 mostra ser falsa a imagem de que parlamentares passam o tempo todo trocando a liberação de verbas para emendas por votos a favor do Governo no Congresso."

Faço esse registro, recomendando aos participantes desta Comissão que leiam a referida entrevista. Parece-me que é a primeira vez que um cientista político, com responsabilidade, se levanta publicamente a favor do Congresso Nacional na questão de orçamentos públicos.

Esta Comissão tem esplendorosa cobertura da imprensa, mas a imprensa leva muito em consideração o lema atual de que fazer jornalismo é separar o joio do trigo e publicar o joio.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Parabenizo a revista *Época* e os cientistas políticos citados, que, por meio de números, demonstram que o Congresso Nacional não barganha voto, até porque as liberações ocorrem nos meses de outubro e novembro, e passemos o ano todo discutindo os projetos.

Então, recomendo a todos os Parlamentares da Comissão a leitura dessa entrevista publicada pela revista *Época*. Até que enfim, alguma coisa boa acontece nesta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Determino o registro nos Anais da Comissão do comentário que V.Exa. acaba de fazer sobre matéria publicada na revista *Época*, que, pela avaliação de V.Exa. — e creio que é de toda a Casa —, é um comentário equilibrado, sério e realmente corresponde à média do proceder desta Comissão e dos Parlamentares no que respeita à matéria orçamentária.

Estando presente a Senadora Lúcia Vânia, vamos passar à Pauta nº 1, de 2008, anunciando o relatório setorial da Área Temática VI — Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, da qual é Relatora a brilhante Senadora Lúcia Vânia.

O prazo para a apresentação de destaques já foi iniciado ontem e será encerrado ao término do debate.

A discussão e o prazo para apresentação de destaques iniciam-se agora, com os oradores inscritos.

(Pausa.)

Informa a Secretaria que não consta nas nossas gravações a errata da Área Temática VI, uma vez que a Relatora distribuiu a matéria depois que se encerrou a reunião. Vamos, então, passar à leitura da errata pela Relatora.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, bom-dia a todos.

O relatório da Área Temática VI — Fazenda Desenvolvimento e Turismo, passa a constar com as seguintes modificações:

1) exclua-se o segundo parágrafo e o quadro constante da pág. 24 do relatório.

2) Ficam retificados os pareceres das Emendas nºs 50150004, 50220004, 60010001, 60010003.

Emenda nº 50150004, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, destinada a promoção de eventos para a divulgação do turismo interno: aprovada parcialmente, com 50 mil reais.

Emenda nº 50220004, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, destina a qualificação de profissionais associados ao segmento do turismo: aprovada parcialmente, com 50 mil reais.

Emenda nº 60010001, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, destinada à participação da União na implantação do PRODETUR Nacional: aprovada parcialmente, com 50 mil reais.

Emenda nº 60010003, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, destinada a apoio a projetos de infraestrutura turística: aprovada parcialmente, com o valor de 50 mil reais.

Essas foram as alterações, solicitadas pelos Srs. Parlamentares.

Ouvindo o Plenário, achamos por bem colocar essas modificações em votação.

Portanto, solicito a V.Exa., Sr. Presidente, que coloque em votação as mudanças.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Em discussão a matéria.

Com a palavra o Deputado Paes Landim.

O SR. DEPUTADO PAES LANDIM - Sr. Presidente, Sra. Relatora, a respeito da emenda da bancada do Estado do Piauí constante de destaque apresentado à ilustre Senadora — infraestrutura turística no Município de Parnaíba —, quero dizer que Parnaíba é hoje um grande pólo de turismo do Estado do Piauí.

Inclusive o Presidente Lula acabou de inaugurar o seu aeroporto internacional, e ali está consolidada a Zona do Processo de Exportação – ZPE.

Hoje mesmo, em Camocim, no Ceará, os Governadores daquele Estado, do Piauí e do Maranhão estão reunidos discutindo a idéia de Parnaíba ser a sede do consórcio de turismo que vai envolver Jericoacoara, o Delta do Paraíba e os Lençóis Maranhenses.

A cidade de Parnaíba tem fantástico potencial turístico, e como o acordo feito com o Relator-Geral, infelizmente, não consta mais no parecer da eminente Senadora, o apelo que faço a V.Exa. é no sentido de que aumente o valor destinado a essa estrutura turística do Parnaíba, que será o grande suporte gerador de emprego e renda no Estado do Piauí. Esse é o novo pólo de turismo que está surgindo no Nordeste do Brasil, envolvendo na



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mesma área: o Delta do Parnaíba, os Lençóis Maranhenses e Jericoacoara. E Parnaíba será o pólo irradiador desse centro dinâmico, que se vai consolidando aos poucos no Nordeste brasileiro.

Portanto, apelo para V.Exa. no sentido de que reflita sobre a possibilidade de aumentar o valor concedido a essa emenda, apesar das já conhecidas limitações orçamentárias impostas por circunstâncias que não vem ao caso comentar. Gostaria que V.Exa. encontrasse um mecanismo qualquer que permitisse melhor atender a essa emenda da bancada do Piauí.

Muito obrigado, Sra. Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - A Relatora está anotando os pedidos de explicação dos oradores para responder ao término das interpelações.

Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, já fiz a minha indagação anteriormente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, Sra. Senadora Lúcia Vânia, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiro, quero cumprimentar a nobre Relatora pela forma equilibrada e sensata com que fez seu relatório a respeito de área tão importante de nosso orçamento.

A bancada do Estado do Goiás apresentou 2 emendas destinadas à área de infra-estrutura turística: uma voltada para o PRODETUR e outra para o Centro de Convenções de Anápolis. Essas emendas são muito importantes para o Estado que V.Exa., também defensora dessas ações, bem conhece.

Gostaríamos, então, que V.Exa. analisasse com carinho esses pleitos da nossa bancada.

Mais uma vez cumprimento V.Exa. pela forma competente, equilibrada e sensata com que elaborou o seu relatório.

Parabéns e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, Senador José Maranhão; Sras. e Srs. Parlamentares, querida Senadora Lúcia Vânia, fiz questão de esperar a chegada da Relatora para fazer meu pronunciamento.

Quanto ao relatório, não tenho maiores críticas a fazer. A Bahia foi contemplada na medida do possível. E algumas questões técnicas relacionadas à dívida líquida do setor público, para as quais poderíamos chamar a atenção, não são propriamente objeto do relatório de V.Exa., mas sim da sistemática governamental, das ações do Poder Público, do Governo Central.

Em relação à errata apresentada — inclusive, peço a atenção do Deputado Pedro Novais, que está na Mesa —, friso que não há vedação, por parte da Resolução nº 01, no sentido de que a área temática de uma emenda apresentada por uma Comissão não possa ser aceita. Não há essa vedação plena, *lato sensu*. Se existe a finalidade do objeto a que se destina a emenda, contemplando a área temática do Ministério, o relatório de atividades previu dessa forma.

Apesar de estar na Resolução nº 01 que a subárea temática são os Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Fazenda e da Agricultura, a própria área temática diz: Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo. Então, não há a proibição de que a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio Exterior não possa apresentar, como o fez, uma ação de promoção de eventos para divulgação do turismo interno. Também a Comissão de Trabalho tem como área temática os Ministérios do Trabalho e Emprego, Previdência e Assistência Social, Planejamento e Desenvolvimento Urbano e como subárea os Ministérios do Trabalho e Emprego, do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Previdência Social. Não há nessa Comissão a possibilidade de apresentação da emenda. Contudo, qual foi a emenda apresentada pela Comissão de Trabalho? Qualificação de profissionais associada ao segmento do turismo. Ela é específica. O seu objeto tem a ver, na área temática, ainda que não esteja exposta pela Resolução nº 01 como área temática e subárea, com a finalidade a que se propõe, prevista no relatório de atividades. Quero deixar isso claro. A princípio, podemos dizer que estamos votando algo que não está previsto. Podem ter certeza de que isso não existe. Até porque, por exemplo, consta do relatório da Senadora uma emenda de Relator — como Sub-



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Relatora da área de turismo —, o que não pode ocorrer. A resolução proíbe a apresentação de emenda de Relator. No entanto, houve anuência, em função da importância dessa emenda.

Foi apresentada emenda da Relatora Lúcia Vânia, no valor de 10 milhões de reais, para a realização e expansão da infra-estrutura do distrito industrial de Manaus, algo que aceitamos como necessário, e foi aquiescido.

Esta Casa e esta Comissão têm de ter sempre a noção da importância das ações. Se são ações benéficas para o País, importantes para o desenvolvimento da atividade fim de cada Comissão, de cada Ministério, temos de ter a ampla visão de que estamos fazendo, no conjunto das nossas ações, discussões e votações, algo absolutamente benéfico.

Nobre Senadora, fiz questão de dizer isso porque, de certa forma, ontem houve um mal-entendido. Senti que V.Exa. ficou extremamente magoada. Quero dizer-lhe publicamente que mal-entendidos ocorrem, mas estamos aqui para tentar fazer com que o relatório apresentado por V.Exa. tenha unanimidade na votação — creio que terá — e avancemos nas questões que beneficiam o País.

Teci estas rápidas considerações muito mais no intuito de colaborar e de apresentar uma sugestão que considero importante para que, na conclusão do último relatório, tenhamos a participação final no processo complexo de elaboração do Orçamento da União.

A SRA. SENADORA LÚCIA VANIA - Deputado Claudio Cajado, peço a atenção de V.Exa..

Em primeiro lugar, falo a respeito da emenda de Relator. Realmente foi feita uma emenda de Relator, no sentido de se fazer uma adequação técnica, solicitada pelo Ministério do Planejamento. Essa modificação foi feita para ajustar uma solicitação do próprio Ministério. Como se trata de área eminentemente técnica, a Relatora se viu na contingência de atender à solicitação do próprio Ministério.

Em relação ao Ministério do Turismo e às demais áreas temáticas, quero dizer a V.Exa. que minhas observações não dizem respeito apenas à resolução. Ocorre que há necessidade de fortalecer o Ministério do Turismo. Antes da existência dele, havia resíduos de ações em diversos Ministérios. Por exemplo: o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior era o responsável pelo turismo. Não justifica aquele Ministério ter ações paralelas às do Ministério do Turismo, com a criação deste último. O nosso objetivo é fortalecer o Ministério do Turismo.

Na condição de Relatora e de Presidenta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, tive a preocupação de, neste Orçamento, deixar muito claro que o Ministério do Turismo precisa assumir as suas atribuições.

Quanto à questão da infra-estrutura e do trabalho, faço a seguinte observação a todos os Parlamentares: se pudéssemos fazer essa emenda dentro da Comissão de Trabalho, desfrutaríamos de um volume de recursos muito maior para o turismo. Se houvesse dentro do Ministério do Trabalho e Emprego, na área de capacitação, um valor "x" destinado a treinamento na área de turismo, bastaria que o Ministério do Turismo fizesse um convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego e usufrísse dos recursos do FAT. Isso ampliaria o orçamento do Ministério do Turismo.

Em relação a infra-estrutura, se V.Exa. pegar o orçamento do DNIT, verá que esse órgão é responsável por aquelas estradas que favorecem o desenvolvimento do turismo. Obviamente, o Ministério dos Transportes tem um volume de recursos muito alto. Se esse dinheiro for destinado a uma estrada que beneficie o turismo, um convênio do Ministério do Turismo com o Ministério dos Transportes fará com que o Ministério do Turismo tenha maximizado o seu orçamento.

Espero que, no próximo ano, possamos usufruir...

Cito, por exemplo, a questão dos aeroportos. Há aeroportos que precisam ser concluídos. O dinheiro destinado ao turismo nunca será suficiente para fazermos essas obras. No entanto, se houver, na Comissão de Infra-Estrutura, uma emenda que contemple os aeroportos que estão em pontos turísticos importantes para o desenvolvimento, teremos um orçamento maximizado.

A minha observação é muito mais no sentido de fortalecer o Ministério do Turismo e tirar recursos dos outros Ministérios que dispõem deles. Eu dispunha de apenas 500 milhões de reais para atender 84 emendas. Esse dinheiro foi pulverizado. Vejam que a média de emendas do turismo é muito abaixo da dos outros relatórios, porque o volume é grande e o recurso é pequeno. Se quisermos fortalecer o turismo, teremos de fazer as emendas dentro das condições, onde há recursos para que isso seja feito.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Obviamente, vali-me, neste momento, da resolução, porque era o instrumento que tinha em mão, embora não tenha tido a oportunidade de discutir com os Srs. Parlamentares a importância de, no próximo ano, fazermos essas emendas dentro da sua Comissão, para maximizar o orçamento do Ministério do Turismo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, ilustre Relatora, não aceito as provocações baianas do Deputado Claudio Cajado.

O art. 43 da Resolução nº 1, que é de uma burrice exemplar, diz o seguinte:

"Art. 43. As Comissões Permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, relacionadas em Anexo a esta Resolução, cujas competências estejam direta e materialmente relacionadas à área de atuação pertinente à estrutura da administração pública federal, poderão apresentar emendas ao projeto."

O que é isso? É tudo. Estrutura da administração pública federal é tudo. A Resolução nº 1 anulou o que havia na resolução anterior.

Uma outra burrice, que não se coaduna com o art. 43 e que também está na Resolução nº 1, é o anexo à Resolução nº 1 do Congresso Nacional, de 2006. Esse anexo é de uma burrice extrema, porque contraria, em muitas oportunidades, o art. 43.

Não tenho nenhum reparo a fazer no relatório da Senadora Lúcia Vânia. Porém, peço a S.Exa. que atenda o meu destaque, relativo a uma emenda de interesse do Maranhão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, eu reconheço as dificuldades dos Relatores Setoriais nas questões das emendas. É um cobertor curto para cobrir todo mundo. Mas quero fazer um apelo à nossa Relatora. Estou apresentando um destaque, Relatora, para que haja a possibilidade de diminuirmos pelo menos um pouquinho uma outra emenda, a fim de ajudarmos a Comissão de Trabalho. Não podemos fazer turismo neste País sem formar mão-de-obra. Então, faço um apelo para o Destaque nº 17, do Deputado Nelson Marquezelli, que é Presidente da Comissão de Trabalho. O meu partido, PTB, tem o maior carinho por essa Comissão. Estou apresentando destaque para ver a possibilidade de diminuirmos um pouco os 130 milhões que estão na Comissão e colocarmos um pouco no Destaque nº 17.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Senador Marconi Perillo.

O SR. SENADOR MARCONI PERILLO - Sr. Presidente, Senador José Maranhão, Senadora Lúcia Vânia, Srs. Senadores, Srs. Deputados, é com alegria que compareço pela primeira vez, na condição de Senador da República, a esta Comissão de Orçamento. Aproveito a oportunidade para cumprimentar V.Exa., Sr. Presidente, pela diligência, pela competência e pela seriedade com que dirige os trabalhos desta Comissão. Honra-nos tê-lo também como membro da Comissão de Infra-Estrutura, da qual sou Presidente.

Saúdo todos os integrantes desta Comissão e parabeno-os pelo seu desempenho.

Em rápidas palavras, eu estou aqui na condição de Presidente da Comissão de Infra-Estrutura para defender 2 destaques que foram apresentados por mim, em função da não-acolhida de emendas que foram aprovadas pela Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal.

Vejo agora uma errata, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, Relatora, que acolhe em apenas 50 mil reais cada uma das emendas.

Ocorre, Sr. Presidente, que, antes de apresentar essas emendas, discuti exaustivamente com o Senador Sérgio Guerra, Sub-Relator da Comissão de Turismo. S.Exa. afiançou-me que, caso fossem aprovadas pela Comissão de Infra-Estrutura, as emendas seriam acolhidas. Depois, discuti intensamente esse assunto com o ilustre assessor da Sra. Ministra, Dr. Frederico, e ele me assegurou que as emendas deveriam ser acolhidas. Posteriormente fizemos um trabalho na Subcomissão, que acolheu as emendas. Depois, o próprio Plenário acolheu-as definitivamente.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Faço um apelo para que as emendas sejam aprovadas, a fim de que recursos sejam destinados ao PRODETUR no Brasil, ao PRODETUR no meu Estado, e para que, na área de infra-estrutura, possam ser beneficiados municípios do Brasil, principalmente do meu Estado. Eles serão prejudicados caso essa emenda não seja aprovada.

Não quero alongar-me em relação ao assunto. Estarei aqui para debatê-lo de forma insistente, caso seja necessário. Espero que os ilustres colegas, os ilustres Parlamentares aqui presentes possam acolher os 2 destaques de nossa autoria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Gerardo. *(Pausa.)*

Por cessão do Deputado Gerardo, com a palavra a Deputada Gorete Pereira. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Wellington Roberto, por permuta com a Deputada Gorete Pereira.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. e a nobre Relatora, Senadora Lúcia Vânia.

Na Paraíba, Campina Grande tem um centro de convenções. A nossa Capital, João Pessoa, carece de um centro de convenções. Estou apresentando destaque nesse sentido. É de conhecimento do Presidente da Comissão, José Maranhão, a revitalização da feira central de Campina Grande. Estou apresentando também, nobre Senadora Lúcia Vânia, destaque para essa ação específica. Outro destaque é de apoio a projetos de infra-estrutura turística da Região Metropolitana de João Pessoa, também de conhecimento do Presidente João Maranhão.

Sra. Relatora, peço a V.Exa. que olhe com carinho esses 3 destaques e tente acatá-los, porque a nossa Paraíba está carente de recursos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra a Deputada Gorete Pereira.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Cumprimento a Senadora, o Presidente, os integrantes da Mesa.

Gostaria de falar, Senadora, do aeroporto do Cariri. Foi feito um aporte de 10 milhões para ele. Foi contemplado com 6 milhões o de Juazeiro do Norte, que abrange toda a região do Cariri — Crato, Juazeiro e Barbalha. É o maior pólo turístico da região. O turismo religioso encontra-se em Juazeiro. Essa é uma das reivindicações mais antigas da população. Com esse valor não daria nem para iniciar as obras. Estamos providenciando um destaque para ver se V.Exa. melhora as condições do aeroporto do Cariri.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Edinho Bez.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que depois me conceda a palavra, devido à minha observação sobre as áreas temáticas, sobre a hipótese de as Comissões poderem ou não apresentar emendas.

Tenho em mão o Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas, votado na Comissão. Gostaria que V.Exa. me permitisse citar os itens em que não resta dúvida sobre a correção de comportamento, por parte desta Comissão, adotado pela Senadora Lúcia Vânia. Se V.Exa. me permitir, poderei fazer a leitura em 2 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Se o Deputado Edinho Bez, inscrito antes de V.Exa., concordar, não há problema nenhum.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Agradeço ao Deputado Edinho Bez.

Senadora, há uma dúvida. O nobre Senador Marconi Perillo acabou de fazer um pedido em relação à defesa, que eu já havia citado anteriormente, mas faço questão de ler.

O Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas fala textualmente sobre a vedação de uma Comissão apresentar uma emenda que não seja da sua área temática. Inclusive foi aprovado aqui. Quero ler o texto para não deixar intranquilo quem quer que seja, no procedimento de votação.

Vejam:

"Deve se verificar, preliminarmente, (no exame das emendas de Comissão), a compatibilidade da ação proposta com as competências de cada Comissão ou Bancada Estadual, nos termos daquela Resolução (Resolução nº 01)."



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A Comissão somente poderá apresentar emendas ao Orçamento de acordo com a sua competência regimental, nos quantitativos definidos no anexo da resolução.

O anexo da resolução delimita áreas e subáreas temáticas que podem ser objeto de emenda pela Comissão. A idéia das áreas e subáreas teve como objetivo criar paralelismo e correlação entre a competência dos órgãos da Administração Pública e a competência regimental das Comissões. Por conseguinte, quanto mais abrangente o papel da Comissão, maior o número de emendas que a mesma pode apresentar. As subáreas correspondem aos órgãos da administração pública federal cuja atividade tem relação direta e típica com a competência regimental. Logo, após a entrada em vigor da Resolução nº 01, verificou-se que a previsão das subáreas apresentava um grande rol de lacunas e distorções conhecidas, com relação ao exercício das competências regimentais das Comissões. Esse comitê de avaliação de emendas está propondo à CNO... É o item 20. Isso naquela época em que nós votamos a matéria e o relatório foi apresentado. Não está a data aqui. Mas, enfim... Em 23 de novembro ele foi apresentado.

Então, esse comitê está propondo à Comissão Mista de Orçamento que, na aplicação das disposições contidas na resolução, seja considerada viável a interpretação de que as subáreas temáticas foram utilizadas tendo em vista situações de enquadramento típico, tomando como pressuposto que toda atividade temática do Governo Federal estivesse concentrada nos órgãos apontados. Portanto, a aplicação da resolução não afastaria enquadramentos atípicos porventura existentes, que devem ser examinados e aprovados caso a caso. Sabe-se que, no âmbito da administração pública federal, não existe uma divisão perfeita e estável.

Foi o que V.Exa. disse, Senador: que as emendas, no próximo ano, poderão ser típicas da Comissão do Trabalho.

Sabe-se que, no âmbito da administração pública federal, não existe uma divisão perfeita e estável de atribuições quanto à execução das políticas públicas. Os programas do PPA, por exemplo, são executados por vários órgãos. Nós temos casos, por exemplo, em que construir sanitários em casa de baixa renda feito pela FUNASA, feito pelo Ministério das Cidades, feito pelo Ministério da Agricultura...

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - Deputado Cajado, só um instantinho, para o seu entendimento.

Foi mencionada pela Deputada a questão do aeroporto. Eu pus 6 milhões de reais para ela. Foi o que eu pude colocar. Sei da importância de se colocar uma verba que dê para começar e terminar o aeroporto, e 6 milhões não vão dar. Se essa emenda tivesse sido feita na Comissão de Infra-Estrutura, teria recursos para colocar o suficiente.

Chamo a atenção para o relatório da Fazenda, que tem como anexo o turismo. O volume de recursos é muito pequeno. Para que eu pudesse atender as emendas de bancada, tive de cortar no SERPRO. Sei que descontei em muita gente aqui, mas era a única saída que eu tinha.

Na verdade, o Ministério da Infra-Estrutura, que dispõe do Ministério dos Transportes, do DNIT, tem um recurso exorbitante em relação ao que estamos relatando. Se essa emenda tivesse sido colocada na Comissão de Infra-Estrutura para aeroportos, o turismo seria altamente atendido. Enquanto isso, podemos atendê-lo precariamente.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Concordo, Senadora. Apenas friso — e encerro aqui, Presidente, o meu comentário — que está errado quem alega que essa área temática não permite a inclusão da emenda e a sua aprovação. Quero deixar isso bem claro. Dizem: *"Ah, porque a resolução veta"*. Veta, mas o Comitê de Admissibilidade e o relatório votado e aprovado previram excepcionalidades — essa é uma delas.

Então, afirmo que podemos votar tranquilamente, como também a própria emenda de Relator apresentada por V.Exa., que a Resolução nº 1 veta. Não pode fazê-lo. V.Exa. a apresenta, e nós vamos votá-la. Ela é justa e há adequação técnica possível para interpretarmos, com base no Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas, a emenda de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Concedo a palavra ao Deputado Edinho Bez.

A SRA. SENADORA LÚCIA VANIA - Deputado Cláudio Cajado, quanto à emenda que apresentei, a resolução me permite fazê-lo. É o art. 28.

Lerei esse artigo para que V.Exa. tenha idéia da correção da emenda.

"Art. 28....."



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Parágrafo único. Os pedidos para correção da programação orçamentária constante do projeto, originários de órgãos do Poder Executivo, somente serão examinados pelos Relatores se solicitados pelo Ministro de Estado da área correspondente, com a comprovação da ocorrência de erro ou omissão de ordem técnica ou legal, e encaminhados pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão ao Presidente."

V.Exa. há de convir que estou coberta pelo art. 28 da resolução que foi votada por esta Casa.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Ou seja, o Governo admite que enviou a peça errada nesse particular? É isso?

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - Quanto à resolução que V.Exa. levantou, que não veda, quero dizer que, muito mais pelo reforço do Ministério...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Financeiro.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - ...do Turismo, que é novo, fiz essa indagação e essa observação para que o Ministério seja maximizado com o orçamento de outras áreas que são fundamentais para o seu desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Concedo a palavra ao Deputado Edinho Bez.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Nobre Relatora, Senadora Lúcia Vânia, é um prazer tê-la novamente nesta Comissão. É bom contar com a sensibilidade especial da Relatora e dos meus colegas da Comissão.

Apresentei emenda ao destaque (Emenda nº 71260005), de apoio a projetos de infra-estrutura turística — Rota Serra-Mar, no Estado de Santa Catarina.

Nobres colegas, 6 grandes regiões dividem o Estado de Santa Catarina. E há 18 microrregiões, divididas em secretarias regionais. Entre as 6 grandes regiões está a região sul de Santa Catarina. Em continuidade está a região serrana, onde temos a Serra do Rio do Rastro, São Joaquim — ali neva praticamente todos os anos; é a cidade mais fria do Brasil. E no sul estão o litoral, a praia.

Desenvolvemos um projeto que está em estudo. Por isso, é aprovado esse projeto pela bancada catarinense. Ele visa emendar a divisa do Rio Grande do Sul com a de Santa Catarina. Esse projeto, na realidade, irá integrar Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

(Conversas paralelas.)

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Sr. Presidente, estou preocupado com a Senadora Lúcia Vânia, que está se esforçando para ouvir a nossa fala.

A integração do Rio Grande do Sul com Santa Catarina e Paraná... Essa emenda é muito importante, Senadora. Solicitamos a aprovação de 60 milhões, e foram aprovados apenas 5 milhões. Há 4 acessos interligando o Rio Grande do Sul: na Serra do Faxinal, ligando o Município de Praia Grande ao Rio Grande do Sul — o Estado está realizando o serviço; de São Joaquim a Bom Jesus, no Rio Grande do Sul, o Estado está realizando o serviço. Quando fui Secretário de Estado da Infra-Estrutura, participei desse trabalho e dei as ordens de serviço com o Governador. Temos mais 2 acessos: no Município de Bom Jardim, na região serrana, ligando a São José dos Ausentes, no Rio Grande do Sul — vamos ter uma reunião brevemente com os Prefeitos e com os Governos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; e temos uma rodovia federal, a BR-285, ligando o Município de Araranguá ao Rio Grande do Sul. Estamos trabalhando com um projeto para 4 anos. Fazemos o projeto e depois a construção.

O Projeto Serra-Mar se complementa, começando com Lages, com a BR-116, passando por São Joaquim, Bom Jardim, Lauro Müller, Orleans, na primeira etapa. Na segunda etapa, dando continuidade, passa pelo Município de Pedras Grandes, corta a BR-101 no Município de Tubarão, até o Farol de Santa Marta, um dos faróis mais famosos do mundo. Então, vamos ligar a região serrana, a região do Rio Grande do Sul, incluindo os Municípios de Gramado, Caxias do Sul, Frederico Westphalen, Vacaria, São José dos Ausentes e Bom Jesus. E em Santa Catarina interligará mais de 40 municípios.

Esse projeto é muito importante. Com 5 milhões, Senadora, não vai dar para trabalharmos. A nossa solicitação é no sentido de ser analisada a possibilidade não dos 60, porque entendo a situação. Estou pedindo prioridade das prioridades para essa emenda, passando de 5 milhões pelo menos para 10 milhões de reais, para nós buscarmos, depois, o complemento com o Estado, com o próprio Ministério do Turismo. É um projeto que já apresentamos, e até aqui não houve nenhuma contestação, tendo em vista a importância do turismo para a Região



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sul — Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul — e para todo o Brasil, obviamente. Essa emenda, Senadora — vou citar mais 3 —, é, repito, prioridade das prioridades.

O outro é o projeto de infra-estrutura turística em Lages, Município de Santa Catarina. Esse projeto é exclusivamente para a região serrana. Também é importante. Pedimos 25 milhões, e foram aprovados 5 milhões. Se houver a possibilidade de aumento, nós agradecemos, porque vai complementar com outro projeto.

E temos o Projeto nº 3, a Emenda 7126004. Apoio a projetos de infra-estrutura turística no Município de São Miguel do Oeste, Santa Catarina — divisa com a Argentina. Estamos trabalhando para integrar Chile, Argentina e Santa Catarina, construindo uma ferrovia e rodovia. Falta pouco para concluirmos. Iremos ligar o Oceano Pacífico ao Oceano Atlântico, pela conhecida Bioceânica. Também seria importante se pudesse haver aumento.

Por último, temos o apoio a projetos de infra-estrutura turística para construção de ponte ligando as cidades de Itajaí e Navegantes, Estado de Santa Catarina. A princípio, vamos duplicar — é obra federal — a BR-470. Em Navegantes temos o porto, ligando com Itajaí. Essa ponte realmente beneficiaria.

Apresentei essas 4 emendas, sempre lembrando a prioridade das prioridades,

É um prazer tê-la novamente na nossa Comissão, Senadora.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - Obrigada.

Deputado Edinho Bez, gostaria de dar uma explicação que considero importante para o trabalho de V.Exa. Entendo a importância de Santa Catarina na área turística. Tanto é que, inclusive no Senado, que não tem muita tradição de lidar com essa área, as grandes emendas foram para Santa Catarina. Ocorre que nós estamos patinando em relação ao turismo, porque essas questões de infra-estrutura terão de ser tratadas no Ministério de Infra-Estrutura.

Durante o IX CBRATUR, tivemos a oportunidade de ver o Presidente do DNIT mostrando que, entre as prioridades do órgão, há "x" de recursos para atender a área turística. Como o Ministério dos Transportes tem um volume de recursos muito maior, essa emenda teria de ser enquadrada nessas prioridades do DNIT. Dessa forma começaríamos e concluiríamos as obras nas estradas. O que acontece em relação às estradas turísticas? No meu Estado há uma emenda cujo recurso é para ligar Águas Quentes a outra cidade turística. Há 5 anos estamos trabalhando essa estrada, e ela não sai. O que se faz num ano, perde-se no ano seguinte, porque o volume de recursos do Ministério do Turismo é muito pequeno para aeroportos e estradas. Então, se essas emendas forem feitas na Comissão de Infra-Estrutura, teremos um resultado muito melhor para o desenvolvimento do turismo no País.

Tenho certeza de que muitos dos Parlamentares não têm essa informação sobre o turismo dentro do Ministério dos Transportes. Também temos de fazer nosso trabalho no Ministério do Trabalho para que um volume de recursos de capacitação seja destinado ao turismo. Se deixarmos para fazer as emendas do turismo dentro desse relatório que envolve Ministérios do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, da Fazenda, do Planejamento etc., teremos sempre um volume de recursos muito baixo e vamos ficar dependendo da boa vontade do Relator-Geral.

Veja V.Exa. que recebi 500 milhões de reais para atender 64 emendas de bancada. Naturalmente esses 500 milhões de reais foram pulverizados de tal forma que não permitem que os pleitos sejam concluídos, o que é muito ruim para os Estados e para os Parlamentares.

Portanto, gostaria de dizer a V.Exa. que não disponho de recurso nenhum para aumentar. Fiz uma média. Alguns Estados apresentaram 4, 5 emendas. Tive de fazer um valor relativo aos que apresentaram uma única emenda. Em alguns casos, concentrei o valor de 4 emendas. A de Santa Catarina, por exemplo, concentrei na emenda de Tocantins, que era uma só. Quando são 4 emendas, fica muito difícil. Com o recurso de que dispunha, por mais boa vontade que tivesse, por mais que tenha estudado o relatório, para fazer um pouco mais, tive de cortar 70 milhões de reais do SERPRO. Era a única fonte que eu tinha para aumentar o recurso que recebi.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, só para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Maranhão) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Senadora, entendi perfeitamente tudo o que V.Exa. acabou de relatar, mas gostaria de contar com a sua sensibilidade, porque o projeto que citei, dos acessos, já tem um outro plano. Pedi para passar de 5 milhões para 10 milhões, ou para 8 milhões. Isso é destinado ao projeto... é mais para um projeto turístico. Não é nem a metade — já está em 5 milhões. Será para a inauguração dos projetos desses



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

acessos ao Rio Grande do Sul. Mas já estamos com um estudo pronto do outro projeto. É um projeto de embelezamento. Já existe a pavimentação asfáltica na grande parte. A estrada liga Lajes à praia, no sul de Santa Catarina. Sem esse aumento, será inviável a elaboração do projeto. Esse aumento que estou pedindo é especificamente para o turismo, não é para acesso ao Rio Grande do Sul. O acesso que mencionei é o complemento desse projeto que estamos fazendo, que vai interligar Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e o Brasil.

Gostaria de contar com esforço de V.Exa.

Obrigado.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Geraldo Resende.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Senadora Lúcia Vânia, apesar de verificar que V.Exa. já deu respostas às demandas de vários Parlamentares...

Sou de Mato Grosso do Sul. V.Exa., que também é da Região Centro-Oeste, conhece bem Campo Grande. Nossos Estados são vizinhos. Naquele município houve intervenção há algum tempo, onde foi construindo o contorno ferroviário. E a malha ferroviária que cortava o coração da Capital foi desativada. A antiga Estação Ferroviária, numa área central da cidade, está sofrendo intervenção para poder agasalhar enorme projeto. Vai ser feito um parque de eventos em homenagem às múltiplas colônias que construíram Campo Grande — a colônia árabe; a colônia paraguaia, que tem presença marcante na Capital; a colônia japonesa, que vai comemorar o centenário de imigração este ano e é muito forte em Mato Grosso do Sul; além de outras.

A bancada de Mato Grosso do Sul, por solicitação do Prefeito de Campo Grande, Nelson Trad Filho, indicou emenda de bancada para que pudéssemos fazer essa intervenção. Infelizmente, o volume de recursos que V.Exa. alocou para essa emenda está muito aquém da nossa expectativa, para podermos viabilizar essa obra.

Fiz o Destaque nº 62. V.Exa. já sinaliza que os recursos são muito limitados, mas solicito que, se puder, acolha em parte esse destaque, ou faça indicação ao Relator-Geral para que haja o início e o fim dessa obra, que vai ser marcante para Mato Grosso do Sul, principalmente para a Capital.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Roberto Rocha.

O SR. DEPUTADO ROBERTO ROCHA - Sra. Relatora, cumprimento V.Exa. pelo trabalho na Relatoria.

Temos, no Maranhão, emenda de bancada dessa área. Peço a V.Exa. apenas que examine com muita atenção a possibilidade de melhorar, acatando o Destaque nº 47 dessa emenda da bancada do Maranhão. Caso não seja possível o acatamento do destaque, solicito a V.Exa. que recomende à Relatoria-Geral aquilo que está sendo solicitado à Relatoria Setorial, para que a emenda de bancada do Maranhão seja contemplada e assim seja dado o atendimento que desejamos a essa ação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Concedo a palavra ao Deputado Carlos Alberto Leréia.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Sr. Presidente, Sra. Relatora, Senadora Lúcia Vânia, apresentei 2 destaques, que dizem respeito à bancada do Estado de Goiás — Destaque às Emendas nºs 04 e 05. São 2 emendas da bancada goiana: uma para construção de um parque agropecuário em Goiânia, por intermédio do PRODETUR JK, e a outra para o Centro de Convenções de Anápolis, cidade mais importante do interior goiano. A primeira com 8 milhões de reais e a segunda com 7 milhões de reais. O meu destaque pede que seja aumentado esse valor. Conto com o empenho da Relatora para essa questão. Brinco muito, dizendo que S.Exa. é a Senadora mais bonita do nosso Estado. Podem pesquisar. Os senhores verão que estou dizendo a verdade.

A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados aprovou uma emenda para a área de turismo para qualificação de trabalhadores. A Senadora disponibilizou apenas 50 mil. E duas outras emendas, que dizem respeito à Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal, presidida pelo Senador Marconi Perillo, que se encontra presente.

Sou membro do Comitê de Admissibilidade, presidido pelo Deputado Zé Gerardo. E aqui há outros membros, como o Deputado Wellington Roberto, o Senador Cícero Lucena e tantos outros. Acatado um acordo com o Presidente, Senador José Maranhão, e o Relator, Deputado José Pimentel, nós fizemos um trabalho, nos meses de novembro e dezembro, para o qual foi necessário varar a madrugada. Como havia ocorrido a modificação por



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

meio da Resolução nº 1, fizemos um trabalho para orientar as bancadas, juntamente com a Assessoria da Comissão de Orçamento.

Segundo o Presidente, Senador José Maranhão, e o Relator, Deputado José Pimentel, a Resolução amarrava. Buscamos um acordo para ajudar as bancadas estaduais no encaminhamento, emendas de Comissão, o que foi inclusive votado neste plenário, com o voto de S.Exas. Houve concordância.

A Senadora, como Sub-Relatora, não a acatou, referindo-se à Resolução nº 1. Mas esse argumento já deixa de existir, porque se acata 50 mil, apenas simbólico. O que é crime com 50 mil o é com 50 milhões.

O meu pedido é no sentido de aumentar o valor e voltarmos àqueles valores aprovados na Comissão de Trabalho, da Câmara dos Deputados, da qual sou membro, para qualificação de trabalhadores no turismo no País, e para as outras duas emendas do Senado Federal, da Comissão de Infra-Estrutura — uma, que é do PRODETUR nacional, a fim de alavancar o turismo no Brasil; a outra refere-se a projetos de infra-estrutura turística. Então, tem a ver, sim.

Por isso fizemos esse acordo. Gostaria de pedir à Senadora Lúcia Vânia que reveja sua posição e acate a emenda da Comissão de Trabalho, cujo autor me parece ser o Deputado Marquezelli, bem como as duas emendas da Comissão de Infra-Estrutura, cujo autor é o Senador Marconi Perillo.

É o pedido que faço, já que isso foi acordado e votado neste plenário. Portanto, não estamos descumprindo ou ferindo nenhuma resolução.

Era esse o meu argumento.

Muito obrigado.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - Primeiramente, quero agradecer ao Deputado Carlos Leréia pelos cumprimentos e dizer-lhe que já foi feito um acordo. Na verdade, eu me vali da resolução, aprovada pelo Plenário desta Casa. Uma vez que o Plenário da Casa achou por bem aprovar um sinal para que o Relator-Geral pudesse fazer o atendimento, eu aceitei, sempre argumentando que isso vem em prejuízo do Ministério do Turismo. Por que? Se fosse feita nas Comissões de Trabalho e de Infra-Estrutura emendas que viessem a beneficiar o turismo, nós teríamos maximizado o Orçamento do Ministério do Turismo. Por exemplo, a Deputada me pediu recurso para construção de aeroporto. O recurso que aloquei para o seu pedido não é suficiente. Portanto, vai-se iniciar a obra, mas não se vai terminá-la.

Se essa emenda tivesse sido emenda de Comissão voltada para o Ministério do Transportes, que é o órgão afim à Comissão de Infra-Estrutura, nós teríamos o recurso, o aeroporto ficaria pronto e o Ministério do Turismo seria beneficiado com isso.

Eu estou repetindo isso para que, no próximo ano, não tenhamos que voltar a esta discussão. Eu só disponho de 500 milhões de reais. Este relatório envolve Fazenda, Banco Central, Indústria e Comércio e Turismo. O turismo é um apêndice disso aí. Então, o que pude fazer foi cortar 70 milhões do SERPRO. Esse foi o único dinheiro que pude acrescentar ao que já estava definido.

Portanto, eu não tenho como atender ao volume que foi reivindicado.

Há um compromisso do Relator-Geral com os demais Deputados, firmado ontem, de que, havendo abertura para que ele possa crescer, ele o fará.

O SR. SENADOR MARCONI PERILLO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Com a palavra o Senador Marconi Perillo.

O SR. SENADOR MARCONI PERILLO - Sr. Presidente, como vou ter que me retirar, gostaria apenas de dizer à Senadora Lúcia Vânia que espero que ela possa concluir o compromisso que fez comigo no sentido de que metade dos recursos sejam destinados à Comissão de Desenvolvimento Regional, e a outra metade à Comissão de Infra-Estrutura. Esse acordo foi feito no Plenário do Senado. Aguardo a deferência de S.Exa. em relação à Comissão que eu presido.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - Deputado, o acordo com V.Exa. foi firmado para que as coisas caminhassem tranquilamente. Tive a abertura de dizer-lhe que se poderia deixar o recurso na Infra-Estrutura, área do turismo, e no PRODETUR, sendo que a metade ficaria para aquelas emendas. No entanto, V.Exa. me procurou dizendo que aquele acordo não lhe servia, por isso desejava que fossem feitas emendas para aquelas outras Comissões. O que eu fiz? Atendi à reivindicação de todos os Parlamentares que preferiram o sinal para que o Relator-Geral pudesse crescer mais recursos àquelas emendas.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR MARCONI PERILLO - Senadora, V.Exa. já colocou o sinal de 50 mil. O que espero é que V.Exa. possa atender a minha Comissão. Fica a cargo da consciência de V.Exa. Vou levar esse assunto, certamente, à bancada do meu partido, no Senado, já que havia o compromisso do Presidente Sérgio Guerra de que esse assunto fosse resolvido.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - O Partido de V.Exa, Senador, é o meu partido.

O SR. SENADOR MARCONI PERILLO - Pois é, ao nosso partido. Vou levar esse assunto, já que havia o compromisso do Senador Sérgio Guerra de acolher essas duas emendas da Comissão de Infra-Estrutura. Elas não me pertencem; elas pertencem à Comissão. Foram aprovadas pela Comissão, e são de interesse da Comissão de Infra-Estrutura, na área do turismo. Gostaria apenas que V.Exa. levasse em consideração esse apelo do Presidente da Comissão de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde. (*Ausente*).

Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA - Sr. Presidente, Sra. Relatora, gostaria de destacar o caso da emenda de bancada do Estado da Paraíba em que foram solicitados 80 milhões para o Centro de Convenções, mas só foram atendidos 7 milhões de reais.

Gostaria de dizer que, por volta de 1994, à época eu era Governador do Estado da Paraíba, assinei o PRODETUR I, o início do projeto do PRODETUR. O Presidente desta Comissão teve a oportunidade de governar o Estado da Paraíba por 8 anos e utilizou todo o recurso do PRODETUR. No entanto, o PRODETUR tinha restrições a financiamento de centro de convenções.

A cidade de João Pessoa, com cerca de 1 milhão de habitantes, a Grande João Pessoa, o ponto mais oriental das Américas, onde o sol nasce primeiro, em particular na Paraíba, não é possível não dispor de um centro de convenção para estimular e desenvolver o turismo daquele Estado.

O Governador Cássio Cunha Lima tem-se esforçado muito nessa questão da divulgação do turismo. Porque a senhora sabe muito bem que, para o desenvolvimento turístico, além das belezas naturais, precisamos de infra-estrutura. A infra-estrutura solicitada pelo Governo do Estado da Paraíba, pela emenda de bancada, é exatamente um equipamento que é fundamental para atração turística, o que irá colaborar com o desenvolvimento, com a ocupação dos nossos hotéis, dos nossos *resorts*.

Como o PRODETUR não financia centro de convenções, deixo o nosso apelo — já o havia feito a V.Exa., pessoalmente, o qual renovo — no sentido de que se possa aumentar esses recursos, porque, obviamente, com 7 milhões nós vamos arrastar por 20 anos para termos um centro de convenções. Não é possível que a Paraíba, um Estado que precisa de incentivo do Governo... O Governo Lula está estimulando o turismo em Cuba. Em vez de dar dinheiro a Fidel Castro para desenvolver o turismo de Cuba, que faça na Paraíba o centro de convenções. Com 7 milhões nós não vamos fazer nem um auditório, quanto mais um centro de convenções.

Então, apelo à companheira no sentido de que reveja esse valor, bem como a sugestão, como Relator da Comissão que fui, para tentar junto ao Relator-Geral ampliar essa infra-estrutura que tem sido solicitada na Comissão. Infra-estrutura é, sim, desenvolvimento turístico.

Era o que tinha a dizer, renovando o meu apelo à Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Concedo a palavra ao Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, ilustre Senadora Lúcia Vânia, eu tenho dito nesta Casa que, quando os Relatores têm critérios, a discussão é do critério e não do resultado final aplicado ao critério. V.Exa. fez um relatório com critério e aí não mais resta ninguém discutir. Sete milhões é pouco? Mas os 6,5 milhões para o Pará também é uma parcela muito pequena. V.Exa. fez, praticamente, linearmente, uma distribuição por emendas de bancada.

Eu quero pedir a V.Exa., e destaquei minha emenda, porque se a senhora for dar mais 1 centavo para alguém eu também quero uma parcela desse 1 centavo. O meu Estado ficou só com 6,5 milhões, para Goiás a senhora colocou a média de 7 por emenda, 7,5 até, para outros Estados, e não de Goiás, para outros, 5,5, mas foi um critério; a senhora teve critérios. E, assim, eu tenho apenas que cumprimentá-la e pedir-lhe que, se for atender alguém, meu destaque também está aí para a bancada do Pará, eu também preciso de mais. Pará é muito maior do



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

que muitos outros Estados. Então, se for para fazer alguma distribuição a mais, eu também quero para o meu Estado. Mas, antes de mais nada, quero cumprimentá-la pelo relatório.

Muito obrigado.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - Agradeço ao Deputado Giovanni Queiroz a contribuição. O depoimento de V.Exa. para minha trajetória política é muito importante. V.Exa. tem sido um guardião nesta Comissão de Orçamento, o que honra o nosso trabalho e dignifica esta Casa. Portanto, o seu depoimento é para mim motivo de muita satisfação. Levo para casa essa satisfação de ter feito um relatório muito difícil, mas procurei ser a mais equilibrada possível, inclusive enfrentando dificuldades dentro da minha própria bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Com a palavra o Deputado Zé Gerardo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO - Sra. Senadora, antes de mais nada, eu quero parabenizá-la pelo relatório.

Sr. Presidente, eu quero fazer uma contestação à Mesa. O Estado do Ceará tem a Emenda nº 7107-0017. Encaminho a V.Exa. a contestação para que a coloque em votação no Plenário. O Estado do Ceará não pode perder uma emenda apenas por não ter sido feita no momento devido. Mas como este é o momento devido, também porque está sendo votado o relatório da Senadora Lúcia Vânia, eu peço que ela seja votada no Plenário na forma como foi apresentada.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - Deputado, nós nos debruçamos sobre essa emenda procurando uma forma técnica de atendê-la. Segundo a Consultoria, há um caminho: uma vez votada no Plenário, ela poderá ser atendida dentro da solicitação de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO - Por isso peço ao nobre Presidente que a encaminhe ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Com a palavra a Relatora, Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - Essa emenda terá de ser votada pelo Plenário. Ela contém um erro técnico que precisa ser corrigido e eu, na condição de Relatora, não posso resolver esse problema. Se o Plenário entender que ela deva ser atendida, segundo a Consultoria, tecnicamente, é possível dessa forma, mas eu gostaria de chamar a atenção do Plenário para que essa emenda seja votada e acrescida ao meu relatório. Essa emenda teve uma trajetória complicada, primeiro, apresentada ao relatório de Poderes do Estado, foi rejeitada; segundo, não foi apreciada na Comissão de Emendas; terceiro, hoje está aqui para ser reavaliada pelo Plenário desta Casa. Portanto, eu gostaria de chamar a atenção dos Srs. Parlamentares para que ela seja votada e eu possa incluí-la no meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Parecer favorável de V.Exa.?

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - Eu gostaria de ouvir os Srs. Parlamentares após a explicação técnica da emenda. *(Pausa.)*

Essa emenda terá que ter o autorizo do Presidente. Portanto, vou responder aos outros Parlamentares que solicitaram acréscimo nas suas emendas de bancada, dizendo que, para mim, é impossível porque não disponho de recursos. Se eu dispusesse, teria o maior prazer em atender todo mundo. O que eu posso fazer é elencar essas emendas e solicitar ao Relator-Geral que lhes dê atendimento especial. Eu não pude mexer no relatório, porque, se o fizesse, desequilibraria o que eu fiz com tanto cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - A discussão e o prazo para apresentação de destaque estão encerrados.

Emendas de Relator.

"Nos termos do parágrafo único do art. 25, da Resolução nº 1/2006, solicito autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas individuais e de Relator, tendo em vista que já houve manifestação quanto às emendas coletivas".

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Antes de votarmos o relatório, nós vamos deliberar sobre a contestação do Deputado Zé Gerardo, a quem passo a palavra neste momento.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, a bancada do Estado do Ceará tem a Emenda nº 7107-0017. Na realidade, nós queremos que essa contestação seja feita conforme a emenda veio de origem. E é por isso que o nobre Deputado solicita, não só subscrito por mim, mas por todos os Líderes desta Casa aqui presentes, que a contestação seja votada e apresentada em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Em discussão a contestação.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovada.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O relatório setorial da Área Temática - Fazenda Desenvolvimento e Turismo, com alterações da errata, está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressaltados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Estamos aguardando o Senador Leomar Quintanilha para dar início à votação dos destaques da Área Temática de Infra-estrutura. *(Pausa.)*

Relatório Setorial da Área Temática I - Infra-Estrutura.

Relator Setorial: Senador Leomar Quintanilha.

Vamos agora apreciar os destaques.

Requerimento de autoria do Deputado Marcelo Castro, solicitando a retirada dos Destaques nºs 39 e de 41 a 46.

Os destaques foram retirados.

Emendas individuais.

"Nos termos do parágrafo único, art. 25, da Resolução nº 1, de 2006, solicito autorização do Plenário para dispensar manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas individuais, tendo em vista que já houve manifestação quanto às emendas coletivas".

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Apreciação dos destaques.

Srs. Parlamentares, o art. 139, IV, § 2º, da Resolução nº 1, de 2006, estabelece:

Não será aceita solicitação para votação em separado de destaque, após a aprovação de requerimento para a votação em globo dos destaques.

Em assim sendo, solicito a autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator Setorial.

A proposta para a votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aprovada.

Pela inadmissibilidade, declaro inadmitidos os Destaques nºs 36, 37, 38, 40, 63, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 100, 101, 102, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135 e 136 e prejudicados os Destaques nºs 29 e 122.

Em votação em globo os demais destaques que tiveram voto pela rejeição, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Rejeitados na Câmara, não vai ao Senado Federal.

Concluída a votação dos destaques na Área Temática I.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ilustre Senador Leomar Quintanilha, parabéns pelo relatório, pelo trabalho, e tenho certeza de que V.Exa. vai nos ajudar também no relatório final, para fazermos os ajustes junto ao Relator-Geral, Deputado José Pimentel.

Sr. Presidente, consulto V.Exa. sobre a possibilidade de suspendermos a reunião por 15 minutos, a fim de que a Senadora Lúcia Vânia possa concluir o seu relatório dos destaques e nós possamos votá-lo ainda nesta manhã, para que o Relator-Geral, hoje à tarde, possa examiná-lo. Faço um apelo aos ilustres Parlamentares no sentido de que aguardem durante uns 20 minutos.

Sr. Presidente, a Senadora Lúcia Vânia está concluindo o seu relatório. Portanto, reitero o pedido a V.Exa. de suspensão da reunião por 20 minutos e que aguardemos a conclusão do relatório, para darmos seqüência hoje à tarde, convocando todos os membros para um diálogo com o Relator Geral, a fim de começarmos, então, a tratar dos entendimentos das bancadas, dos Parlamentares, definirmos onde serão feitos os cortes e tomarmos conhecimento da proposta do nobre Relator, para que possamos ajudá-lo nesse trabalho.

Esse é o apelo que faço a V.Exa., se for possível, porque a Senadora Lúcia Vânia viajará no meio da tarde. Caso contrário, só poderíamos fazê-lo amanhã, o que atrasaria muito o nosso trabalho.

Agradeço a oportunidade e, mais uma vez, cumprimento o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Vamos passar, agora, a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Tem V.Exa. a palavra, Deputado Duarte.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Sr. Presidente, Deputado Roberto Rocha, Senador Leomar Quintanilha, quero parabenizá-los pelo trabalho.

Bem rapidamente, na linha do que foi dito, da nossa parte, da bancada do PSDB, não há nenhum óbice no sentido de suspender a reunião para dar seqüência ao complemento da Senadora Lúcia Vânia. Mas eu gostaria de saber do Sr. Presidente se a assessoria da Mesa Diretora dos trabalhos tem um roteiro, para ciência dos membros desta Comissão, do que vamos tratar no dia de hoje, bem como a cronologia do andamento da aprovação do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Em relação ao Orçamento, a única coisa que está pendente de votação são os destaques da Senadora Lúcia Vânia, Área Temática VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo.

Passo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA - Preliminarmente, Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a grande contribuição ao trabalho que havíamos realizado, de ontem para hoje, na análise mais aprofundada dos destaques apresentados. Sob a condução de V.Exa., já houve a manifestação do Plenário. Só me resta, então, agradecer a compreensão e a participação dos membros desta Comissão, compartilhando com todos uma grande frustração que preside o final dos trabalhos desse relatório, em razão da escassez dos recursos, provocada sobretudo pela não-prorrogação da CPMF.

Mas eu não poderia deixar de agradecer, Sr. Presidente, o trabalho excepcional realizado pelos consultores, sob o comando dos consultores Carlos Mello Marshall e Fernando Moutinho, e com a colaboração dos nossos auxiliares de gabinete, Fernando Damasceno e Renata Assunção, que se empenharam conosco na



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

apreciação e na discussão das proposituras apresentadas, quer pelas bancadas, quer pelas Comissões, quer pelos eminentes senhores membros desta Comissão.

Agradeço a todos essa compreensão, e nos comprometemos a estar juntos na discussão com o Relator-Geral para a definição final desse relatório inusitado que estamos votando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Rocha) - Vamos suspender a reunião por 20 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Declaro reiniciados os trabalhos da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 1 e 2/2008.

Apreciação dos destaques da Área Temática VI — Fazenda, Desenvolvimento e Turismo.

Relatora Setorial: Senadora Lúcia Vânia.

Sras. e Srs. Parlamentares, o art. 138, § 2º, da Resolução nº 1/2006-CN, estabelece:

"Art. 138....."

§ 2º Não será aceita solicitação para votação em separado de destaque após a aprovação do requerimento para a votação em globo dos destaques".

Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator Setorial.

A proposta para votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade.

Em votação na representação do Senado da República.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade.

Pela aprovação parcial, temos apenas um destaque, o de nº 77, de autoria do Deputado Zé Gerardo.

Em votação, em globo, os destaques com voto do Relator pela aprovação parcial na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

É bom ressaltar que só há um destaque. Conseqüentemente, a votação não é em globo, mas de uma única proposição.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Passa-se à votação na representação do Senado da República. *(Pausa.)*

Também aprovado por unanimidade.

Quanto aos demais destaques, a Relatora opinou pela rejeição.

Na representação da Câmara dos Deputados, como votam os Srs. Deputados?

Aqueles que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Os destaques que foram rejeitados não vão à votação no Senado da República, como estabelece o § 1º do art. 43 do Regimento Comum.

Está assim encerrado a apreciação do Relatório da ilustre Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - Gostáramos de fazer uma ponderação, Sr. Presidente.

Em face da indisponibilidade de recursos para atendimento dos destaques, dada a magnitude dos valores envolvidos, muitas demandas deixaram de receber dotações compatíveis com sua importância na promoção do desenvolvimento nacional.

Atendemos apenas ao Destaque nº 77, para possibilitar o acolhimento da Emenda nº 710700017, de autoria da bancada do Ceará, em face de contestação apresentada pelos autores e aprovada por esta Comissão no dia de hoje.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Solicitamos, por fim, especial empenho da Relatoria Geral na apreciação dos seguintes pleitos: modernização e ampliação do aeroporto de Cariri, no Ceará; infra-estrutura turística em Parnaíba, no Piauí; PRODETUR JK, construção do Centro de Convenções de Anápolis; infra-estrutura turística de São Luis, no Maranhão; revitalização da Feira Central de Campina Grande; infra-estrutura turística da Paraíba; construção do Centro de Convenções de João Pessoa; infra-estrutura turística de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul; e construção de acessos rodoviários em Santa Catarina.

Essas foram as solicitações dos Srs. Parlamentares. Nós as encaminhamos ao Relator-Geral, que, naturalmente, irá apreciar esses pleitos que são justos e legítimos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Quero agradecer o trabalho da Senadora Lúcia Vânia, trabalho que conheço desde a época em que fomos Deputados Federais, inclusive trabalhando nesta Comissão. Naquela época, trabalhávamos com muito menos objetividade e rigor técnico do que hoje, modéstia à parte.

O Relatório da Senadora Lúcia Vânia, como todo seu trabalho no Congresso Nacional, foi marcado pela seriedade e objetividade.

Portanto, registro o reconhecimento desta Presidência que creio seja o de todos os integrantes desta Comissão.

Tem a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, peço a V.Exa. autorização para convidar os membros do Comitê de Obras Irregulares para uma reunião às 16h, na sala da Presidência desta Comissão, destinada a discutir e votar o Relatório a ser encaminhado ao Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO - Sr. Presidente, antes de mais nada, quero agradecer à Senadora Lúcia Vânia a aceitação da emenda do Ceará, Estado pobre que necessita de infra-estrutura para melhorar a qualidade do seu turismo, assim como ao Plenário desta Comissão.

Finalizando, parabeno a Senadora Lúcia Vânia pelo brilhante desempenho no Congresso Nacional. Sucesso no seu trabalho.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - Muito obrigada.

Eu quero inicialmente enaltecer a firmeza com que o Sr. Presidente, colega muito querido no Senado Federal, conduziu os nossos trabalhos. Agradeço aos Líderes partidários, sobretudo ao Deputado Pedro Novais, que conseguiu, com sua experiência, ser o mediador dos entendimentos nesta Comissão, enfim, a todos que me ajudaram, mas em especial agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, confiança de delegar-me a confecção de Relatório de tamanha responsabilidade.

Agradeço igualmente aos Consultores desta Comissão, que fizeram e refizeram o Relatório. A eles meus agradecimentos pela paciência, carinho e atenção.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Pauta nº 2/2008.

Item nº 3.

Requerimento nº 22, de 2007 – CMO, de autoria do Deputado Humberto Souto.

Não estando S.Exa. presente à sessão, está prejudicado. O requerimento entrará na pauta da próxima reunião.

Requerimento nº 28/2007 – CMO, que *“requer, nos termos regimentais, que o Comitê de Avaliação de Receita emita novo parecer com novas reestimativas de receita orçamentária.”*

O requerimento, de autoria do Deputado Vanderlei Macris, está prejudicado. O Relatório a que S.Exa. se refere já foi apresentado.

Gostaria de formular um convite às Lideranças, aos Coordenadores de Bancadas e aos Relatores Setoriais para uma reunião, hoje, às 16h, destinada a discutir com o Relator-Geral e com o Presidente o começo do esforço para efetivar os cortes que terão de ser feitos no âmbito da Relatoria-Geral.

Antes de encerrar os trabalhos, convoco as seguintes reuniões para a próxima semana — e, desde logo, faço um veemente apelo aos companheiros, dado o aperto do tempo, para concluirmos a aprovação do Orçamento até o final do mandato dos integrantes desta Comissão: dia 20 de fevereiro, quarta-feira, às 14h30, reunião ordinária; dia 21 de fevereiro, quinta-feira, às 10h e às 14h, 2 reuniões extraordinárias; dia 22 de fevereiro, sexta-feira, às 10h e às 14h, 2 reuniões extraordinárias.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Está encerrada a presente reunião.